Carta Mensal

Rio de Janeiro ▪ Julho 1969 ▪ Ano XV ▪ N.º 172

SUMÁRIO

ÓRGÃO DO CONSELHO TÉCNICO DA
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO

CONSELHO TÉCNICO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO

A Crise de Autoridade

GUSTAVO CORÇÃO

1. Em outro lugar* já disse que o mundo moderno sofre do coração e morre de desamor; ou melhor, já tentei demonstrar que, a partir da Renascença e da Reforma, o mundo ocidental cristalizou-se em novas formas civilizacionais inspiradas nas filosofias derivadas do nominalismo e na moral do egoísmo. Sim, além da tendência que os homens de todos os tempos sempre tiveram para o mau amor, e como se não bastasse tal malícia disseminada, avulsa e perpétua, os homens tentaram estruturar a nova civilização e tentaram dinamizar a nova filosofia do progresso na oficialização do amor-próprio.

Vimos também, com apoio em Santo Tomás (**S. T. IIª IIae Qu. 25 a.4 e** 7) e em Erich Fromm (**Man for Himself** e **Sane Society**), que o egoísmo antes de qualquer manifestação exterior no domínio da justiça, é uma subversão interior, uma desordem profunda no relacionamento do homem consigo mesmo. Há um bom amor de si mesmo (self love) e um mau amor de si mesmo (selfishness). O primeiro consiste no verdadeiro e reto amor,

* *Dois Amores Duas Cidades*, Agir. Conferência pronunciada a 8-5-69.

ordenado ao verdadeiro fim último do homem ,e portanto inscrito na ordem da caridade; o segundo consiste na subversão que toma o eu exterior por objeto de amor e se detém neste **self** que ganha inflação de última instância. O amor-próprio, ferida entreaberta do pecado original, é inicialmente um equívoco malicioso, e terminalmente uma espécie de idolatria.

Na obra citada o leitor encontrará maior desenvolvimento dêste assunto; aqui, convém ainda lembrar uma conseqüência desta desordem interior. Tôda a grande tradição católica insiste em mostrar no amor-próprio a fonte e origem de todos os pecados. Na verdade, como reconhecem também os modernos psicólogos, o homem vê o mundo conforme se vê a si mesmo; projeta no universo, na realidade exterior, o modêlo atômico de seu "eu"; ama exteriormente como se ama a si mesmo.

Compreende-se assim que o eu subvertido irradie subversão. Enquanto o egoísmo, a **pésanteur** espiritual, a tendência para o nada da matéria são mantidas sob vigilância de critérios mais altos, a civilização terá ainda reservas, mecanismos de recuperação, altos e baixos, contrastes trágicos, conquistas marcadas de contradição, mas ainda assim manterá uma razoável ascensão. Quando porém se marginalizam as fontes dos mais altos critérios, quando se quer empreender uma civilização que pretende usinar os egoísmos e aproveitar-lhes as energias, então o resultado não poderá ser outro senão aquêle que temos diante dos olhos, e que representa quatro séculos de progressiva desordem, se assim posso dizer.

Ninguém quererá contestar os progressos realizados na ciência do fenômeno e na técnica de aproveitamento de suas energias. Êsse progresso, contraposto à confusão que reina nos domínios que deveriam ser regidos por uma Sabedoria, nos dá a figura subvertida de uma civilização que alteou as coisas inferiores e rebaixou as superiores, figura esta que é a reprodução homóloga do "eu" dirigido pelo amor-próprio. E enquanto perdurar a subversão civilizacional, será tanto mais grave a desordem quanto maior fôr o engenho humano de explorar as energias da matéria.

O problema central de nosso século é êste: crise de ordem. Sim, crise na arrumação das idéias, e na hierarquia dos valôres. O que sou eu **principalmente**? O habitante do século XX não sabe responder a esta pergunta, e conseqüentemente não sabe se deve andar ou parar, se deve sentar-se para estudar, se deve deitar-se e deixar a vida correr, se deve virar de cabeça para baixo como os palhaços, se deve cair de quatro como os imbecis, se deve erguer a cabeça, ou se deve dobrar o joelho. O mundo em que vivemos é a projeção de tôdas estas perplexidades dos "eus" que já não sabem o que são.

A noção de **ordem** tem consonâncias mesquinhas pelas quais parece oposta à idéia de aventura, de conquista e de ascensão. É preciso que, em todo êste capítulo, o leitor veja a noção de ordem na sua mais alta significação metafísica e na sua mais alta significação religiosa. Hoje tornou-se corrente a mania de ver em qualquer tumulto ou efervescência popular um fundo de riqueza e um ímpeto de progresso; e ao mesmo tempo tornou-se hábito mental ver atrás do têrmo **"ordem"** uma forma de imobilismo. Veremos a seguir que o mito da Revolução contribui muito para essa reviravolta dos valôres; mas desde já diremos que só há verdadeiro pro-

gresso onde houver ordem, isto é, onde houver nas estruturas sociais a reta disposição dos verdadeiros valôres. Sem ter nenhuma simpatia mental pelo positivismo, não posso deixar de registrar minha gratidão pelo aforismo que figura em nossa bandeira.

2. Com um passo chegamos ao corolário imediato: a crise de autoridade. O panorama mundial nos mostra, no mundo inteiro, o gôsto da anarquia, o repúdio, a recusa, a revolta, hoje dizem a contestação da simples idéia de um princípio de autoridade. E aqui peço novamente aos leitores um **sursum corda**: não vejam na autoridade apenas os aspectos superficiais e convencionais da disciplina, que às vêzes podem parecer contrários à dignidade da pessoa humana, ou à idéia de igualdade dos homens. Muito equívoco se produziu no pensamento político dos últimos séculos por falta daquela elevação de espírito necessária à compreensão de tão importante princípio. Os materialistas como Hobbes e os individualistas como Rousseau só conseguiram pensar na idéia de autoridade em têrmos de coação ou de contrato social; e todo o positivismo jurídico de que está embebida nossa cultura só consegue formular um conceito convencionalmente definido em têrmos de direito positivo.

É preciso lembrar que tôda autoridade vem de Deus, autor supremo; é preciso dizer que a autoridade está no mundo, na natureza das coisas, como um dos mais luminosos reflexos de Deus. Sabemos que tôda a criatura, por sua essência, e pela imutabilidade dessa essência, é o espelho de Deus; sabemos que a clareza inteligível dos sêres é uma luz refletida do Sol dos sêres, sem a qual nada seria o que é; mas nem sempre ponderamos que a noção de autoridade deriva diretamente da noção de ordem e de govêrno do mundo, e portanto está diretamente ligada à idéia de Deus ordenador e governador do mundo. Negar ou ferir o princípio da autoridade será assim um dos modos mais nítidos de negar e ferir o amor de Deus.

Cabe aqui uma pergunta depois dêstes preliminares: como se relaciona com a crise da autoridade o furor "progressista" desencadeado em todos os planos da vida humana, e especialmente na Igreja? À primeira vista parece que o progressismo é movido por uma esperança, por algum bem entrevisto no futuro, na frente do caminho do homem; ora, a crise de autoridade, ao contrário, parece ser uma forma de negação voltada para trás, como a de quem desobedece o pai, e portanto poderia ser um efeito indireto do progressismo, mas jamais uma de suas causas.

Na verdade, porém, o "progressismo" não é um movimento de busca da maior perfeição, nem é voltado para a frente como tão ostensivamente anunciam. Sua propulsão, ao contrário, é peristáltica, é um esfôrço de quem repele e será um movimento para a frente, numa direção qualquer, determinado negativamente, mais pelo que recusa do que pelo que procura e cria. Tomemos, por exemplo, o "progressismo" católico: o fenômeno se reveste de várias formas que ora atingem a liturgia, ora a moral, ora o dogma. Em cada um dêsses domínios multiplicam-se as fantasias, improvisam-se as novidades ao critério de cada um, avolumam-se os caprichos, inventam-se as aberrações mais gritantes; mas atrás dêsse multicor carnaval existe uma constante: o desejo de afirmar uma ruptura com o passado, e mais especialmente com o

passado recente. Ora, o passado recente é o Pai. E assim se vê que essa recusa ou essa ruptura é mais nìtidamente finalizada para trás do que para a frente. Seu caráter profundo é o da desobediência, sendo o progresso o seu pretexto.

E não se diga que o clero e o laicato "progressista" quebraram a disciplina. É pouco. Diga-se que quebraram uma coisa mais profunda e mais preciosa. De um jovem que acha indispensável esbofetear a mãe para afirmar sua maioridade não diríamos que quebra a disciplina. Antes diremos que quis quebrar tudo, céus e terra, e só feriu a autoridade próxima por não ter à mão a Face de um Deus que se encarnou para ser esbofeteado, cuspido e depois crucificado.

Salta aos olhos do mais desatento habitante do século que o espetáculo da morte da autoridade é sinal do desejo da morte de Deus. Andam por aí os padres que não obedecem aos bispos, os bispos que não obedecem ao Papa, e enchem o mundo os filhos que não obedecem aos pais.

Mas não haveria crise de autoridade se o fenômeno se limitasse à desobediência ou se a falha estivesse só do lado dos revoltosos. Não haveria a calamidade de dimensões planetárias sem a outra metade do problema, isto é, sem a omissão dos que deviam exercer e não exercem a autoridade, não apenas por fraqueza ou covardia, mas por uma espécie de simpatia e conivência, ou por uma espécie de descrença profunda. Tudo o que daqui por diante dissermos recobre as duas metades do problema.

3. Vamos agora tentar uma análise espectral do complexo fenômeno. Quais serão as raias e quais os componentes? Cremos ter encontrado os seguintes "ismos" que adiante estudaremos separadamente:

a) DEMOCRATISMO
b) MODERNISMO
c) REVOLUCIONARISMO
d MARXISMO
e) PROGRESSISMO
f) ANTIPATERNALISMO
g) JUVENILISMO
h) PROBABILISMO
i) ATEISMO
j AMORISMO

O Democratismo

4. Entendo por democratismo a filosofia política viciada por uma falsa concepção de igualdade, e de uma falsa concepção de liberdade. A verdadeira filosofia democrática defendida por Ozanam, Tocqueville, Maritain e Yves Simon, e defendida por nós na obra já citada, poderia ser defendida como política da máxima participação (moralmente de todos) em razão do eminente valor da pessoa humana em cada um. Uma filosofia política assim fundada na dignidade do valor total da pessoa humana, e orientada para o bem comum, não coincide com o regime de uma "constituição democrática" no sentido clássico e estrito do têrmo, regime êste que seria tanto mais democrático e mais perfeito quanto mais apagados estivessem os traços de monarquia e de aristocracia. Êste regime, que corresponde abstratamente à uma das formas de govêrno da classificação aristotélica, nunca existiu em estado puro, **nem pode existir.** O democratismo (agora em outras palavras) seria a insensata tentativa de tomar como ideal realizável essa pura forma democrática. O ideal democrático a que me apego tem, a meu ver, uma denominação imprópria

já que não será mais perfeito na medida em que fôr mais democrático.

Na tentativa de caracterizá-lo, Jacques Maritain procura desembaraçá-lo do equívoco em que o envolveram os individualistas e os totalitários. Em **Principe d'une Politique Humaniste,** no capítulo II intitulado **Democratie et Autorité**, Maritain mostra que a democracia concebida à maneira de Rousseau, suprimindo a noção de autoridade conserva a noção de poder e assim tende à anarquia. Chega a dizer que a democracia liberal ou burguesa pode ser chamada de "democracia anarquista-mascarada". E acrescenta (p. 53): "A ruína da Autoridade e do Príncipio de autoridade, em proveito do Poder sem autoridade, sem fundamento de direito e sem limite, se realiza plenamente no Estado Totalitário." E termina a parte primeira dêste capítulo com estas palavras magistrais:

> MARITAIN — "Ainda que todos os indivíduos fôssem perfeitamente razoáveis, e possuíssem vontade perfeitamente reta, a unidade de ação do corpo social postularia uma autoridade política e uma hierarquia. Eis por que Santo Tomás de Aquino ensina que, no estado de integridade adâmica a autoridade política teria existido, já que lhe compete dirigir **homens livres** para o bem da comunidade social. O próprio chefe só existe e só tem êste título em vista dêste bem, e em última análise êle é a vítima (ou o servidor) e o ordenador de tal bem." (op. cit., p. 57).

Não se diga, portanto, que a organização e a hierarquia social é uma decorrência de nossa miséria como queriam Hobbes e Rousseau que nisto se encontravam. A hierarquia social é uma perfeição com a qual o Corpo político se orienta e se ordena para Deus, e por isso mesmo será um bem fecundo para a felicidade dos homens.

Mas aqui cabe uma indagação: estará apenas naqueles erros apontados por Maritain o desvio da democracia vivida em nossos tempos e totalmente corrompida nas experiências das chamadas democracias populares? Ouso acrescentar um reparo que os recentes acontecimentos corroboram. Parece-me hoje que o próprio ideal de democracia-orgânica proposto por Matain ainda tem o defeito de confiar demais nos elementos pròpriamente constitutivos do regime democrático puro. Todos nós, por causa da tremenda injúria sofrida e causada pelos totalitários, o Nazismo e o Comunismo, passamos a crer demais nas possibilidades da democracia pura, e a não distinguir bem entre o totalitarismo que é intrìnsecamente mau, e os regimes ditatoriais que podem ter, em dadas circunstâncias, virtudes de remédio amargo.

Resumindo muitas considerações que não cabem neste capítulo, diria que fui levado, irresistìvelmente, a substituir o ideal utópico por um outro mais ajustável à terra dos homens; e êsse revisionismo, que proclamo, levou-me ao chamado "regime misto" de Santo Tomás de Aquino que me parece ser a mais flexível e eficaz fórmula de convivência política. No livro de M. Demongeot, traduzido por José Luis Gutierrez Garcia, e intitulado **El Mejor Regimen Político según Santo Tomás,** B.A.C., temos no capítulo IV uma excelente exposição do ideal tomista: trata-se de compor as perfeições do regime monárquico com o aristocrático, que, do ponto de vista governamental constituem as melhores

formas de govêrno, com a perfeição da democracia que consiste na maior satisfação do povo e na mais assegurada tranqüilidade pública considerada nessa perspectiva.

Não cabe aqui desenvolvimento maior da matéria, mas posso acrescentar o que não está no sábio livro de M. Demongeot: na verdade, tôdas as razoáveis experiências políticas realizadas procuraram instintivamente esta composição de três ingredientes, variando no lugar e no tempo o acento tônico. Diríamos assim: nos Estados Unidos o regime misto acentuou a face democrática, e realizou o que Tocqueville descreveu e chamou "paixão da igualdade"; na Inglaterra o acento tônico estêve sempre na facêta aristocrática; e na França, apesar de sua furiosa Revolução, procurou-se sempre um monarca para dirigir uma das Repúblicas.

E a famosa revolução democrática que o mundo vem fazendo, no dizer de Frederico Ozanam e do próprio Tocqueville? Responderíamos que foi a Inglaterra, em 1688, a verdadeira precursora de uma **política próxima** da tomista, nos tempos modernos; mas é bom notar que, no séquito de Guilherme de Orange desembarcou na Inglaterra, vindo do exílio, um homem magro e doente que já trazia, na pouca bagagem, seu manuscrito do **Ensaio sôbre o Govêrno Civil.** John Locke desencadeou, com esta obra, o ataque doutrinal contra o absolutismo, no qual se inspiraria Montesquieu, e mais tarde os **Fathers** da democracia norte-americana. Assim se vê que o avanço democrático dos tempos modernos, ou revolução se assim o quiserem chamar, realizou-se em povos de língua inglêsa e caracterizou-se pela moderação de seus autores, mas também pelo vício da filosofia empirista.

Com todos os inconvenientes de tal filosofia, e com todos os vícios da Civilização estruturada na oficialização do egoísmo, pode-se ainda dizer que aquelas experiências representaram verdadeiras ascensões da Civilização Ocidental. O mesmo já não se pode dizer da famosa Revolução Francesa com que todos nós fomos empulhados. Se ignorássemos totalmente a carga de veneno acumulada pela maçonaria nas **Sociétés de Pensée**, tão bem estudadas por Augustin Cochin (**Les Sociétés de Pensée et la Democratie**, Plon, 1920) poderíamos dizer que a famosa Revolução caminhou decentemente até o momento em que o presidente Bailly instalou o **Tiers État** no salão do **Jeu de Paume.** Até aqui prosseguia a história da França num ritmo **à l'anglaise**, quando de repente a pólvora explodiu e a Revolução passou para a mão dos agitadores, e daí para **la foule indomptable,** como diz um autor visìvelmente encantado com o fenômeno. E daí por diante a nação francesa, descomedida, entrou num paroxismo de selvageria só comparável ao que se fêz mais tarde em Berlim e em Moscou. O país mais monarquista do mundo, para conseguir um aprimoramento dos processos de representação democrática, que os povos da língua inglêsa conseguiram **sans larmes**, sentiu-se paradoxalmente compelido a cortar a cabeça do rei, da rainha, e de todos os **ci-devant** aristocratas. Tão brutal reação já devia bastar para advertir os historiadores de que a França, apresentada estridentemente ao mundo inteiro, como inauguradora da Liberdade, sempre foi, na verdade, um país monárquico. A continuação da história da Revolução, a partir do **18 brumaire**, mostra

a enorme facilidade de penetração dos autocratas. De Napoleão a De Gaulle, a França se gasta em repúblicas sucessivas, obrigada, por assim dizer, a manter seu papel de paradigma da democracia. Na verdade, o que a Revolução Francesa trouxe ao mundo foi o equívoco mais do que secular de um democratismo que pesou terrìvelmente nestes últimos anos de história.

Mais grave ainda é a corrupção das chamadas "democracias populares", nas quais a tendência anárquica a que se refere Maritain já não tem disfarces. A experiência inspirada no marxismo conseguiu chegar à extremidade de proclamar seu ideal de anarquia, isto é, de sociedade sem hierarquias. Adiante voltaremos a êste assunto.

O democratismo na Igreja

5. Agora devemos, ainda neste tópico, focalizar uma estranha manifestação do democratismo: o que ocorre entre os eclesiásticos chamados progressistas que combatem as hierarquias da Igreja e sonham com um Povo de Deus democratizado.

O fenômeno se reveste aqui de uma gravidade terrível porque realiza êste absurdo que seria cômico se não estivesse nêle envolvida a sorte do Mundo e o uso que fazemos do Sangue de nosso Salvador. Há um filme de Carlitos onde êle representa o papel de judeu que tem uma barbearia na Alemanha nazista. Um dia os S.S. invadem seu salão, roubam, quebram, enquanto o pobre Carlitos, que conseguira fugir, apita para chamar a Polícia. E quanto mais apita mais policiais acodem para mais quebrar e roubar. De onde êle esperava socorro chega-lhe mal maior. Ora, o mesmo diremos nestas linhas sôbre a crise da autoridade: de onde esperávamos o auxílio chega-nos o padre de passeata a contestar a autoridade do Papa e a denunciar de um modo geral tôda a hierarquia da Igreja.

O fenômeno da desobediência se multiplica e se espalha no mundo inteiro. Na liturgia, na moral e no dogma os "novos padres" diàriamente desobedecem às normas conciliares, às rubricas, aos preceitos mais sagrados, antes para afirmarem uma desvinculação da autoridade do que para propor um progresso, uma perfeição que mesmo por engano tomem como tal. Com muita tolerância, poderemos entender o padre que, movido por argumentos sociológicos e demográficos, respeitáveis na sua ordem, discorde do Papa na **Humanae Vitae.** Neste exemplo de desobediência ainda se vê a possibilidade de uma intenção de procurar uma perfeição, um progresso, fora da Igreja. Posso ainda admitir a sinceridade do padre que deseja comunizar ou chinificar o Brasil já que tantos intelectuais prestigiam as "esquerdas" e assim induzem em êrro os tolos. Há, entretanto, uma cópia de fantasias gratuitas que são praticadas e só se explicam pelo puro gôsto de desobedecer. No caso anterior, sem querer de modo algum justificar a desobediência, ainda podíamos supor que ela se fundava em alguma razão, e o desobediente ainda poderia dizer que seguia sua consciência. Mesmo assim seu ato estava muito longe de ser defensável já que todos estamos obrigados a aferir nossa consciência pelo que ensina a Igreja se na Igreja queremos permanecer. Mas o segundo caso é mais brutal: já não se trata de alguma razão que eclipsa o magistério, e sim de uma vontade que afronta outra vontade.

Poderemos razoàvelmente pensar que essas pessoas ainda tenham Fé? Poderemos admitir que ainda tenham caridade que é antes de tudo ordenação da vontade à lei divina de que a Igreja tem o depósito?

Alarguemos ao máximo o campo das suposições favoráveis já que o homem é um monstro de contradições como disse Pascal, e imensa é a misericórdia de Deus. Há, porém, um limite que já tem sido ultrapassado e que nos deixa sem reservas de hipóteses otimistas, porque aí se trata não apenas da desobediência acidental mas da impugnação do princípio de autoridade e da estrutura hierárquica da Igreja. Vimos atrás* que, a propósito do título do Capítulo II da Constituição dogmática **Lumen Gentium**, "Povo de Deus", vários teólogos progressistas invocaram critérios ditos democráticos para criticar a superada estrutura da Igreja. Em inúmeros pronunciamentos, aqui e no estrangeiro, vimos a mesma insolente impugnação em têrmos de democratismo, como se o govêrno da Igreja devesse refletir, não a vontade dos que governam por mandato de direito divino, mas a vontade do povo de Deus que, numa Igreja sem fronteira, se reduz à vontade do povo com ou sem Deus.

Um estridente exemplo de democratismo infiltrado na Igreja está publicado em **La Documentation Catholique**, de 2 de março do corrente ano. Um grupo chamado **Exchange et Dialogue**, que congrega 621 padres, lançou uma espécie de manifesto com 332 assinaturas. O **Comunicado Final**, publicado em **La Documentation Catholique,** abordou principalmente dois temas: 1) **"Nôvo grupo no futuro"**, 2) **"A autoridade na Igreja".**

De início assinalo a atitude contestatória dêsses padres que, na hora da separação, fizeram questão de lavrar êste pronunciamento: "protestamos contra a discriminação feita em relação aos padres casados, e por isso **não quisemos dispor da Eucaristia (nous n'avons pas voulu disposer de l'Eucaristie).**"

No que toca a autoridade, começam por dizer que vêm do Evangelho os critérios que usam, mas logo investem contra o regime vigente nestes têrmos que não me parecem muito evangélicos: **"Notre état clérical nous "domestique" au nom d'un antique "principe d'autorité", herité du droit romain imperial, principe selon le quel l'autorité se suffit à elle-mème. Rien n'est plus immoral que ce "principe d'autorité"**. Traduzimos o mais literalmente possível: "Nosso estado clerical nos "domestica" em nome de um antigo "princípio de autoridade" herdado do direito romano imperial, princípio segundo o qual a autoridade se basta a si mesma. Nada é mais imoral do que êsse "princípio de autoridade".

Assinalo dois pontos. Primeiro: a expressão "a autoridade se basta a si mesma" não é clara. Se os padres querem insinuar a idéia de que êsse "princípio" em voga na Igreja vê na pessoa investida de autoridade a última instância, cometem duas graves injustiças, uma contra o direito romano que só foi fecundo pelo fato de trazer uma idéia de direito e de lei que ultrapassa os podêres terrestres, e outra contra a Igreja. O segundo ponto se liga ao primeiro: o "princípio" que nada iguala em imoralidade, na opinião dos padres, é o que a Igreja vem usando por séculos e séculos. Desde quando? Sim, frisemos bem: na

* Em outro capítulo de livro em preparação.

opinião de 332 signatários do grupo **Exchange et Dialogue** a Igreja vem usando, em sua estrutura, um falso princípio que ultrapassa tudo em imoralidade.

Daí o movimento e o pronunciamento em que, depois de diversos CONSIDERANT QUE..., os padres decretam NOUS RECUSONS ... e mais adiante proclamam NOUS APPROUVONS ... Sim, êles RECUSAM, êles APROVAM ... mas então são êles que mandam, são êles que têm AUTORIDADE, e no caso, visìvelmente, uma autoridade sem nenhuma instância mais alta, apesar das freqüentes referências que fazem ao Evangelho. Salta aos olhos do mais benevolente leitor que essas referências não colam, e que, na verdade, o que está funcionando, e o que tenta impor à Igreja seus critérios, é mais parecido com a **Vontade Geral** de Rousseau, do que com a vontade obediente dos primeiros cristãos.

Vale a pena correr os olhos pela epístola de S. Clemente de Roma aos Coríntios para verificar sem nenhuma dificuldade que desde os primeiros dias a Igreja cristalizou-se em hierarquia para o efetivo govêrno dos fiéis. Nos tempos evangélicos, como já notamos atrás, contra o que diz o Pe. Congar, a hierarquia (o colegiado de bispos sob a direção de Pedro) foi constituída antes de"crescer a massa" do Povo de Deus. Tudo no cristianismo vem primeiro e principalmente de cima para baixo e não do povo.

Nos anos aflitivos da perseguição de Domiciano, São Clemente achou um vagar para escrever aos coríntios uma carta de orientação e de severa admoestação contra os jovens revoltosos que se levantavam contra os anciãos. No texto se vê que o têrmo "presbítero" significa um hierarca padre ou bispo, mas também se refere ao sentido primeiro de "ancião":

> SÃO CLEMENTE — Por causa das repentinas e sucessivas calamidades e tribulações que nos afligiram, cremos, irmãos, volver nossa atenção um pouco tarde para os assuntos discutidos entre vós. Referimo-nos, caríssimos, à sedição estranha e alheia aos eleitos de Deus, abominável, e sacrílega, que uns quantos, gente audaciosa e arrogante, levaram a tal ponto de insensatez que vosso nome, venerável e celebradíssimo, e digno do amor de todos os homens chegou a ser gravemente ultrajado. (...) E assim se levantaram os sem honra contra os honrados, os sem glória contra os gloriosos, os insensatos contra os sensatos, os jovens contra os anciãos."
>
> (**Carta Primeira de San Clemente,** I e III, **Padres Apostólicos,** B.A.C.)

Não é outra a atitude e a doutrina de Santo Inácio de Antioquia, como se vê em várias passagens, e principalmente na carta a São Policarpo. E neste caso convém notar que o bispo de Antioquia difìcilmente pode ser apontado como alguém mais influído pela Roma Imperial que o entrega às feras, do que pelo Evangelho. E ainda mais difìcilmente se poderá atribuir ao grande mártir qualquer inclinação pessoal à autocracia. De sua doutrina quase se pode dizer que inaugura a espiritualidade do "desprêzo de si mesmo" levada à perfeição pelos grandes ascetas da Idade Média.

Quanto à lembrança de que a autoridade é dada aos homens **para o serviço**, parece-nos óbvia, e universalmente conhecida, embora freqüente-

mente esquecida na prática, como acontece com tôdas as virtudes. Reclamemos, em têrmos, contra todos os despotismos. Digamos, em têrmos, que as estruturas eclesiais se sobrecarregaram ùltimamente de colegiados e de uma espêssa burocracia que obscurece o Evangelho. Peçamos aos bispos que sejam mais pastôres do que membros das Conferências episcopais. Mas nunca nos levantemos contra o princípio de autoridade, pelo qual os hierarcas realmente pastoreiam, e realmente governam.

O que é triste em tôda esta crise é a facilidade com que os próprios hierarcas acolhem os clamores de sedição, que em São Clemente ou um Santo Inácio chamariam de abominável e sacrílega. No episódio francês, o pronunciamento do Arcebispo de Paris foi colocado na clave da benevolência:

> Mgr. MARTY — "Antes de condenar ou de aprovar eu acho necessário procurar compreender. Em Paris os homens vivem esmagados pela massa, pelo número. É o que se chama o fenômeno de urbanização e de coletivização...
> ....
> O perigo é o de tomar suas próprias idéias ou experiências pessoais pela doutrina católica. Ora, o Evangelho não pertence senão a Jesus Cristo. E foi confiado à Igreja. Eu sou responsável por êle em Paris. Jamais esmorecerei na minha tarefa de bispo, e quando se tratar da salvaguarda da Fé autêntica, da liberdade dos cristãos e dos homens, serei uma rocha. Mas, o que fazer? De início querer o diálogo, procurarmos juntos." (...)
>
> (**La Doc. Cath.**, 2 de março, p. 221)

Ora, não me parece que, neste episódio esteja em jôgo a liberdade dos cristãos e dos homens e sim a autoridade da Igreja e visíveis abusos das ditas liberdades cristãs. A menos que o Arcebispo de Paris esteja vendo mais longe a real ameaça que paira sôbre as liberdades e que sempre começa pelo abuso das mesmas.

Cremos não exagerar se dissermos que neste episódio, como em tantos outros mais próximos, é o democratismo que está tolhendo os movimentos da Igreja e obnubilando o espírito dos que carregam a cruz da autoridade.

O Problema do índio no Brasil
(1.a Parte)

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

"A população indígena brasileira está a extinguir-se. É que não se lhe assegurou o tratamento que lhe devia ter sido dispensado, nem se lhe reconheceu integralmente o direito que lhe assistia como legítima senhora do espaço físico onde a foram encontrar os europeus que, a principiar do século XVI, exerceram o domínio político na Sulamérica. A história dessa desventura é uma história dramática, que está chegando ao fim com os recentes sucessos de tão amarga repercussão e sôbre que já houve o pronunciamento dêste Conselho, no exercício de suas obrigações específicas, relacionadas com a cultura nacional.

Mesmo que essa população apenas pudesse ser preservada como espécimen raro, exótico, da fauna humana, seus direitos eram os mesmos direitos das demais pessoas que integravam as sociedades, existentes à época dos descobrimentos, em outros continentes.

Paulo III, face às desventuras que negros e indígenas americanos sofreram com a presença européia, tomou a decisão de, em Bulas apropriadas, expedidas em 1537 e 1542, proclamá-

Conferência pronunciada a 15-5-69.

los participantes do gênero humano, com alma e espírito. Se não se haviam adiantado na conquista de **status** cultural que se aproximasse dos **status** que distinguiam outros povos, mais beneficiados no tempo e no uso material das coisas e de engenho criador mais avançado, nem por isso haviam demonstrado inferioridade. O que puderam apresentar nas técnicas de vida no mundo tropical, como expressão de seu engenho revelador e criador, foi, em muitas de suas particularidades, incorporado, no conflito de culturas que ocorreu intensamente, pelos que os passaram a possuir para suas emprêsas mercantis ou não, o que refletiu evidentemente a existência de particularidades e valôres nessa cultura rudimentar ou profundamente diferente, que enriqueceram, com sua aceitação, o patrimônio de que os advenas se orgulhavam.

Ora, se essas multidões gentias, de homens em estado de natureza, mas que tinham a ciência total do que o espaço representava, e nesse particular o advena não deu um passo sem que recebesse delas a contribuição de uma permanente e fundamental lição, como ignorá-las nos direitos mais primários de viver a vida livre ou respeitada para a liberdade?

O que se ensina, a propósito, é que houve a conveniência, em têrmos de ideologia vigente, de integrá-las, fazendo-as perder aquelas características, que pareciam selvagens, primárias demais, rudes, para transformá-las em participantes da sociedade solidária, como mão-de-obra ou sangue nas relações que deram origem à sociedade mestiça. E como conseqüência, tudo quanto ocorreu, em três séculos de vida colonial, na fase imperial até o período da implantação do regime republicano, na verdade não passou de uma violação do que Paulo III pretendeu que os homens, que vinham fazer os novos mundos, realizassem como expressão de humanidade e de convivência fraterna.

A política oficial que aceitou a palavra do Pontífice, e já de certo modo a ela se antecipara em demonstrações legais visando àquela condição social, foi desrespeitada. O esfôrço de Religiosos como Nóbrega, Anchieta, Vieira e as vozes de uns poucos civis que se levantaram, não levaram ao êxito que se imaginara um tanto ingênuamente. Os atos governamentais, inclusive aquêle representado no famoso "Diretório", expedido por Pombal e mais tarde as reflexões que Muniz Tavares, Borges de Barros, Ricardo Zany, Ribeiro da Cunha e José Bonifácio ofereceram à meditação dos responsáveis pelos destinos do Brasil nascente como nação soberana, em nada resultaram que beneficiasse a multidão que fugia à presença dos brancos escravizadores.

No balanço que se tem tentado, um tanto em velocidade, acêrca do que caracterizou essa atuação drástica sôbre o mundo do gentio brasileiro, os pontos negativos falam mais eloqüentemente que os pontos positivos. No momento em que novos líderes do movimento de humanidade e de cultura voltaram a encontrar ressonância para o que afirmavam, a população indígena nacional já pouco representava como algarismo no campo demográfico. As providências governamentais promovidas, as considerações dos Cândido Rondon, comprometeram-se nos episódios negativos que se denunciaram agora e estão exigindo o pronunciamento dêste Conselho.

São hoje menos de cem mil os silvícolas que se espalham por todo o território brasileiro e têm sido tratados como "membros espúrios da sociedade". As frentes pioneiras que avan-

çam para o desbravamento do território interior, nêle instalando novos núcleos de ocupação, mas em faina destruidora do patrimônio natural do país, não se dão conta do que representa aquela humanidade escassa, é certo, mas que também tem alma e espírito e, como tal, possuindo também direito à vida e ao respeito dos seus bens materiais, inclusive as terras onde se esconderam.

Não se deseja que, nessa preservação de suas vidas e de suas maneiras de ser, haja a impossibilidade de sua integração na sociedade brasileira, resultante, convém lembrar sempre, justamente dêsse processo de inter-relação entre grupos étnicos diferentes, variados, plurasísticos em própria pigmentação. Ao contrário, entendemos que uma boa política será aquela que promova essa integração, que importará em distribalização, é certo, mas autorizará uma incorporação mais veloz e muito mais efetiva, com o relacionamento, sem reservas prejudiciais, harmônicas, fraternas mesmo, entre as várias camadas da sociedade brasileira. A contribuição que a mulher indígena proporcionou para a composição social do país não deve, portanto, nem ser esquecida, nem afastada pelos grandes resultados que produziu. Como o trabalho eficiente que as Missões Religiosas promoveram, ora a serviço do Estado, ora por iniciativa própria, não pode deixar de ser devidamente considerada na eficiência que a caracterizou e, por isso mesmo, está a merecer o aplauso coletivo.

O Conselho Federal de Cultura, na consciência de que é imperativo corrigir o procedimento para com os nossos indígenas, punindo os que comprometeram o nome do Brasil na aventura ingrata de desapiedada conduta fratricida, proclama a necessidade urgente de retomada da política de respeito à dignidade e à vida dos nossos indígenas. E na oportunidade proclama, também, a sua homenagem aos que, como entre muitos outros, Cândido Mariano da Silva Rondon, no passado, e Heloísa de Alberto Tôrres, no presente, deram e dão o grande exemplo e se fizeram a energia necessária na preservação de instituições, culturas, línguas e propriedades terrenas daquelas que precederam aos europeus na ocupação do Brasil e são a raiz mais profunda da família e, a certos aspectos, um dos fundamentos da cultura brasileira."

Estas palavras foram proferidas na sessão de 23 de maio de 1968, na reunião plenária do Conselho Federal de Cultura. Importavam em manifestação pública do Conselho, por deliberação anterior da Câmara de Ciências Humanas, face ao que se estava verificando, através de inquéritos que comoviam o país e circulavam no exterior, com graves prejuízos para o que se escrevera acêrca de nosso comportamento nas relações entre coletividades de pigmentação, de cultura, de condições étnicas diferentes. Aquêles conceitos afirmativos de que nos orgulhávamos até então, inscritos na Enciclopédia Francesa, no tomo conferido ao estudo do problema das raças no mundo, conceitos que nos indicavam como o povo que solucionara o problema dos contatos e da convivência entre culturas, etnias e pigmentações diferentes no mais puro dos procedimentos, isto é, pela convivência harmônica, serena, equilibrada, humana, profundamente humana, aquêles conceitos agora entravam em desprestígio. Não éramos o povo humano que se criara na compreensão e na harmonia das côres. Éramos, ao contrário, agora, um povo desapiedado, desumano, que podia ser indicado na linha

daqueles povos que se desintegravam na violência de soluções condenáveis. Falseara-se a história? Aquela harmonia não possuía uma raiz histórica profunda?

Até que ponto, porém, através da história, vivêramos uma vida humanizada nas relações entre as culturas, etnias e côres diversas, que haviam trazido a sua contribuição para que elaborássemos o povo brasileiro, nas virtudes e nos defeitos que nos poderiam caracterizar ou definir? Aquêles caracteres que constituem hoje uma faixa de estudos e de preocupações entre sociólogos e psicólogos sociais, como poderiam ser admitidos ou constatados na seriedade que tal tipo de investigação deve possuir?

A história de nosso comportamento, na elaboração de nossa sociedade, não foi escrita no realismo sêco que precisa possuir. Até o presente escrevemos em têrmos de um sentimentalismo natural, é certo, mas que pouco apresenta de científico. Os povos que aqui viviam no momento em que os europeus aqui aportaram e decidiram manter-se e, pelos tempos adiante, no exercício de soberania e na consecução de objetivos mercantis e políticos evidentes e também naturais, como decorrência de uma expansão, que não era ùnicamente espírito mas era, fundamentalmente, pimenta, isto é, mercância, imediatismo material, não se haviam realizado por movimentos de solidariedade. Como pessoas humanas, conflitavam também, nas incursões que faziam e no escravismo que haviam impôsto, como sucedia em tôdas as demais sociedades humanas existentes, aos que, vencidos, lhes caíam às mãos. Essa uma verdade constatada fàcilmente e ainda hoje possível de verificar entre os grupos que escaparam ao contato destruidor dos que lhes vieram suceder no uso da terra e de seus recursos naturais. Não eram anjos, nem pensavam e agiam como se fôssem diferentes, nesse particular, das outras pessoas que integram o gênero humano. Nos contatos entre os grupos tribais, comportavam-se com a mesma intensidade guerreira dos demais grupos sociais existentes em outras partes do mundo.

Ao se defrontarem, os europeus e aquêles primitivos devem ter sentido a excitação que provoca o descobrimento de tipos diferentes, tipos físicos e culturais. Seguramente, verificaram-se nesse primeiro encontro sensações de espanto, de admiração e talvez mesmo de dúvida. Seriam os da nova terra os filhos autênticos do Paraíso, sem mácula, sem fel, em estado de natureza e de pulcritude? Seriam os que chegavam entes superiores que dispunham de um vigor material impossível de subestimar, mesmo que fôssem os da terra autêntica prelógicos pela infância de suas concepções? Na carta de Caminha, há uma confissão de tudo isso. É de admitir-se que êsse espanto, essa sensação do nôvo deve ter ocorrido fatalmente aos outros, aos donos da terra que se achava no caminho para as Índias.

O escambo, como era natural, foi a primeira forma de negociação. Veio depois a escravização e, por fim, ou no decorrer das duas posições, o tratamento humano, cordial, que também houve e foi decorrência, como escrevemos antes, naquele pronunciamento do Conselho, de legislação corretiva, primeira legislação social que se decretou por vias extra-nacionais ou por vias pròpriamente nacionais, legislação que só os Religiosos souberam executar com uma decisão que lhes rendeu desafeições, incompreensões, malquerenças e acusações maldosas, negadoras de suas virtudes.

A história dessas relações e dessa emprêsa de sentido social, como se foi promovendo, em que lances se foi definindo, em que percentagem de êxitos e de fracassos pôde ser a política adotada um êxito ou um fracasso? Rubens de Almeida, João Mendes Júnior, Rodrigo Otávio, Darcy Ribeiro, Georges Boehrer e David Stauffer, em monografias que são excelentes contribuições, como trabalhos pioneiros, tentaram um primeiro levantamento do que teria sido essa política em seus altos e baixos, vindos do período colonial aos nossos dias quando se registra a interferência direta do poder público federal, capacitado de seus deveres para com as populações aborígines. Não é suficiente. Quando vemos as monografias suculentas que já se escreveram para a área hispano-americana, como as que devemos a Lewis Hanke, José Maria Ots e Capdequi, Sílvio Zavala, Ricardo Konetzke, Vinas Mey, temos de lamentar a inferioridade da pesquisa brasileira, que não permitiu ainda um texto, fruto do trabalho individual ou coletivo de nossos historiadores sociais. O cedulário que se guarda em arquivos nacionais e estrangeiros é vultoso e poderá autorizar a compreensão exata do que foi realmente a política que se executou, os porquês dessa mesma política e até que ponto, em conseqüência dêsse exame em profundidade, poderemos manter aquelas conclusões, generosas ou não, acêrca de nosso procedimento como povo que soube enfrentar harmoniosamente o problema das distâncias étnicas, culturais e de outros valôres, como aquêle da variedade de côres. A mestiçagem que se processou tão intensamente poderá ser melhor explicada e entendida, nas resultantes e na existência como processo de criação de sociedade solidária e humana.

Ora, dentro dessa linha de pensamento, como conhecer o que significou realìsticamente a presença e a participação do elemento indígena na formação e na própria integração política da Amazônia no contexto brasileiro? Essa integração seria apenas uma resultante de esfôrço promovido pelo europeu que descobriu e conquistou a região das grandes florestas tropicais e das águas grandes de uma bacia sem símile no mundo? Ou foi façanha em que teve atuação decisiva o elemento indígena, consciente ou não consciente do que estava fazendo a serviço de estranhos que o escravizava ou o incorporava aos seus interêsses mercantis e políticos?

Quando os portuguêses e os luso-brasileiros chegaram à Amazônia, lançando os fundamentos de um estabelecimento militar, que sombrearia núcleo urbano que é hoje a cidade de Belém, o que lhes assegurou, prontamente, uma posição útil ao empreendimento de conquista a que se entregavam, o gentio local não lhes escancarou as portas do vale. Já sabia, de longa data, o que significava a presença daquela gente diferente. Outros europeus já haviam antecedido aos que aportavam agora — inglêses e holandeses que se fortificavam pela montagem de praças militares, pelo funcionamento regular de feitorias e um comércio a distância que ligava à Britânia e à Batavia. As relações entre os da terra e êsses advenas eram relações regulares. No contato para o escambo abrira-se oportunidade para um entendimento sem o rigorismo da escravização. Com os novos senhores que aportavam ocorreria o mesmo?

Franciscanos de Santo Antônio, que abriram a corrente de Religiosos utilizados para a operação dos contatos e pacificação do gentio local, fizeram as primeiras promoções visando à co-

laboração. Porque havia, na adaptação ao meio físico, inédito pelas características físicas que apresentava, havia necessidade imperiosa, para qualquer empreendimento definitivo de posse e de domínio, de vencer o concorrente inglês e holandês, ao mesmo tempo que obter a solidariedade da multidão nativa. Os Tupinambás não foram os amigos com que contar no momento. Reagiram e puseram mesmo em sério perigo a aventura que principiava cheia de tantas dúvidas. A montagem do primeiro engenho, a utilização da natureza, no que ela foi oferecendo de interêsse maior para a comercialização e para a manutenção alimentar do pôsto avançado da conquista, evidenciaram a urgência de mão-de-obra que só poderia ser fornecida pelo próprio habitante aborígine. Na condição de um trabalhador assalariado, ou na condição de um servo escravizado?

O colono que veio fazer as Américas, não devemos nunca ignorar êsse aspecto da emprêsa no seu caráter próprio, não era santo nem herói de um ato: a admirável façanha da europeização da terra. Era um homem com todos os defeitos dos homens. Não se procuravam, nos que vinham, as qualidades generosas que poderiam possuir. Todos serviam na hora da aventura. Havia bons e maus, santos e heróis, moços e velhos, solteiros e casados, corajosos e covardes, limpos de sangue ou heréticos e judaizantes. A Santa Inquisição apuraria, mais tarde, a extensão e a importância dêsse quadro social em elaboração com todos êsses elementos disponíveis e portanto impossível de triagem como hoje costumam fazer os governos dos países, interessados na importação de mão-de-obra para seus esforços de progresso e de desenvolvimento tecnológico. Sendo assim, os novos possuidores políticos do espaço não seriam levados ao convívio fraterno com os da terra. E em desentendimento, imediato ou mais distante, com os integrantes das seis Ordens Religiosas que vieram fazer a pacificação e a cristianização, promoveram na realização de seus interêsses materiais a solução que lhes parecia a solução certa e segura — a da escravização pura e simples.

Tôda a história da integração da Amazônia, e aqui começamos a tentar a resposta àquela dúvida indicada anteriormente, foi um capítulo, triste capítulo de uma aventura política e mercantil, ao lado de suas linhas espirituais admiráveis, em que o gentio da terra teve papel importante, fundamental. Porque não se pôde dar um passo no gigantismo do espaço-natureza sem que êsse mesmo gentio tivesse de conduzir, orientar, corrigir, interpretar, traduzir, identificar o que era o espaço-natureza para tôda estratégia, disposta de Lisboa e visando à conquista e à ocupação da Amazônia. Sem êle, naqueles momentos, teria sido impossível a vitória alcançada na implantação de uma soberania européia, no caso a portuguêsa, e de um sistema de vida, certo ou errado, não importa examiná-lo, mas sistema de vida talvez impôsto pelo próprio meio físico, adverso, perigoso, sedutor, angustiante, dominador sobretudo. E tão dominador que, decorridos quatro séculos, Euclides da Cunha diria que o homem estava ainda acampado. Não triunfara. O sistema de vida que criara era um sistema de vida sem raízes e sem a solidez necessária que autorizasse a afirmação de que era fruto de uma vitória.

O gentio da terra conhecia-o nos seus segredos. Sabia-a em tôda a sua misteriosa continuidade, vastidão e variedade. Conhecia-lhe os caminhos líquidos, os frutos, os animais, que se escondiam na floresta, os peixes que

enriqueciam sua mesa diária. Tinha aquêle saber de experiência feito de que nos falara Camões. Era o senhor absoluto do meio-natureza. Sem êle, conseqüentemente, tudo seria um desesperado, um hesitante e fracassado esfôrço. Cedo, por isso, o nôvo senhor político compreendeu que nêle havia não apenas a mão-de-obra para os que-fazeres do diário ou da emprêsa mercantil, mas o companheiro, o guia, o intérprete, o soldado para as lutas contra concorrentes. Sem êle, não se realizaria a construção de uma sociedade solidária. A família teria de ser constituída com êle. E o resultado é que sob a condição de escravo, de servo, de companheiro, o gentio da Amazônia foi a peça fundamental na emprêsa de europeização que os portuguêses procuraram efetuar a serviço de sua pátria. Não há exagêro na conclusão. Ela é absolutamente autêntica. Sem o gentio da terra, nada experimentaria sucesso.

Alexandre Rodrigues Ferreira, nos seus ensaios acêrca dos grupos com que teve a oportunidade de um convívio maior para suas investigações científicas, como no seu "Diário de Viagem", não regateou louvores a essa colaboração generosa do gentio da terra. Votou-lhe mesmo extrema admiração. Porque não fôra êsse gentio da terra e muito do que pôde realizar e lhe consagrou o nome não teria realizado. Nem por isso, no entanto, êsse gentio da terra mereceu o respeito dos que dêle se valiam para seus êxitos diários. O tratamento que lhe dispensaram foi um tratamento severo demais. Quando, pelo "Regimento do Diretório", Pombal, atendendo às sugestões do irmão, o Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, deferiu a liberdade que estava faltando, cumprindo aquêles dispositivos humanos contidos nas advertências e nas reflexões dos Papas, a começar de Paulo III, a espécie já diminuíra sensìvelmente. O contágio das varíolas dizimara cêrca de 40 mil índios que pereceram no período entre 1740 e 1749. O desgaste encontrava explicação nos contatos mortíferos com o advena. Essa uma situação trágica que se verificava por todos os continentes, o Africano e o Americano, no decorrer dos três primeiros séculos da presença européia.

Na nova condição, procurava-se atribuir-lhes uma responsabilidade nova — participantes da vida que se inaugurava com o sistema municipal, implantado, como experiência para substituir os aldeamentos que os Religiosos tinham criado e onde vinham sendo nucleados para evitar a escravização. Participantes, como vereadores, situação política que lhes fazia agora membros efetivos da sociedade política de que haviam sido arredados até então. A multidão gentia perdia, portanto, a classificação inferiorizante que o colono, ambicioso, lhe concedera apesar de tudo que lhe devia. Bastante? Nem por ser legislação, produziu os efeitos que se esperavam. Ao findar o período colonial, os cronistas do momento registravam o desrespeito continuado aos postulados legais, desrespeito que, nos dias posteriores, continuou em pleno vigor. Um Ouvidor da Comarca de São José do Rio Negro, Pestana da Silva, em extenso memorial acêrca do que estava observando no tocante ao êxito ou ao fracasso da generosa providência governamental, constatara o desrespeito à iniciativa e o irrealismo da solução experimentada. Mendonça Furtado sentenciara, como os Papas, que o gentio da terra possuía alma, espírito, consciência, capacidade para dirigir-se.

Na execução da lei, procurava-se comprometer todo aquêle pensamento cheio de humanidade.

Quando, em Lisboa, reuniu a Assembléia Constituinte, as Côrtes que deveriam fundar o Estado liberal de que seríamos parte integrante como área ultramarina, foram presentes proposições a respeito do quadro, que ninguém podia negar. Um dos que tinham a seu cargo o exame da situação do extremo norte, na conjuntura, Francisco Ricardo Zany, em longo memorial que dirigira a D. João e posteriormente à própria Assembléia, registrou a verdade dos fatos, naqueles aspectos negativos que estavam revelando a existência de uma mentalidade estratificada contra a liberdade do gentio da terra. Zany percorrera tôda a região, no exercício de funções governamentais. Seus relatórios, que se guardam na seção de manuscritos da Biblioteca do Pará, são um minucioso documentário retratando o estado da Amazônia em todos os aspectos de sua realidade. Suas palavras de advertência e suas sugestões, contudo, não mereceram receptividade nem naquele instante nem posteriormente, porque em suas andanças e no cumprimento de suas obrigações funcionais, Zany continuou a denunciar e sugerir uma política que levasse a multidão indígena a uma participação mais intensa e menos rude no processo de mudança que devia estar sendo instaurado no País, agora um Império soberano da Sulamérica. Outros, no mesmo estilo de denúncia e de sugestões também procuraram, em memoriais que endereçaram às autoridades provinciais e de maior posição no quadro da alta administração nacional, propor a situação calamitosa. Entre êles o cônego André Fernandes de Souza, Vigário Geral do Rio Negro, e Sebastião José Prestes, que exercia funções administrativas na Comarca do Alto Amazonas, presentemente Estado do Amazonas. Ainda no govêrno do Presidente Machado de Oliveira era preciso agir com energia contra os que, em Monte Alegre, amarravam índios e os vendiam como mercadorias. E já por meados do século XIX, no Madeira, realizava-se o negócio rendoso da venda de índios como se fôssem mercadorias negociáveis legalmente.

No decorrer da Cabanagem, como era natural, a multidão do gentio da terra, grosso modo arregimentou-se nos bandos rebeldes. Aproveitava o momento para o seu ajuste de contas. Repetia a façanha de Ajuricaba que, no século anterior, mobilizara tribos do rio Negro e tentara destruir a dominação lusitana no grande vale. Essa participação foi imensa e dramática. Grupos armados assaltaram os centros urbanos, procurando cevar, nos que até então os haviam explorado, seu ódio secularmente contido. Era a explosão nativa, que se confundia com os impulsos ou objetivos políticos dos líderes populares que dirigiam o movimento.

Nos dias posteriores, criadas as Diretorias parciais dos índios, procurou-se fixar um nôvo **status** para acomodar nativos e não-nativos. A multidão gentia foi levada a grupamentos menos densos nos rios que até então não haviam sido penetrados ou amplamenee devassados — rios da bacia do Amazonas e do Solimões, como sejam o Xingu, o Tapajós, o Purus e o Juruá. Essas Diretorias não produziram com a eficiência desejada. A exploração do braço indígena prosseguiu. Os conflitos com os grupos pioneiros, que realizavam a aventura do assalto à floresta para a montagem dos seringais, amiudaram-se. Lendo-se as "Falas" dos Presidentes das Províncias do Pará e Amazonas, constata-se fàcil-

mente a extensão dêsses conflitos que resultavam no empobrecimento quantitativo da multidão gentia, que desaparecia também vitimada pelas enfermidades, resultantes dos contatos com os novos senhores do espaço onde tinham vivido livres. A experiência com as missões religiosas voltou a ser feita. Como no passado, procurou-se defender a liberdade do gentio da terra, afastando-o dos perigos que representavam os pioneiros, que se diziam representantes da civilização. Os resultados foram os mesmos — segregação e não incorporação a um **status** que assegurasse a participação efetiva na sociedade que se elaborava na hinterlândia amazônica.

E, no entanto, quanto se devia a essa gente, tratada de maneira tão drástica! Na construção dos melhores edifícios públicos da Província do Amazonas, como sejam o Liceu Provincial, hoje o Colégio Estadual do Amazonas, a Tesouraria de Fazenda, hoje a Secretaria de Fazenda do Estado, a Catedral, que substituía a igrejinha consumida pelo fogo nos últimos tempos do período colonial, a mão-de-obra fôra recrutada nos aldeamentos indígenas. A mão-de-obra fôra representada quase integralmente pelo gentio da terra, sob a direção de mestres de obras não-indígenas. E no tocante à penetração dos altos rios desconhecidos, misteriosos, como se valera o pioneiro dêsse guia indígena! Sem êle, que conhecia a estrada líquida, quanto daquela emprêsa corajosa teria sido interrompida, irrealizada, perdida em seus efeitos imediatos!

Será conveniente recordar apenas um nome, imortalizado pela obra gigantesca que lhe devemos — Manoel Urbano da Encarnação, índio Mura, nascido no núcleo de Manacapuru, onde se instalara, com o grupo pacificado em fins do século XVIII, o Pesqueiro Real que abastecia Lugar da Barra, hoje Manaus. Quando Chandlesse pretendeu subir o Purus, para suas investigações geográficas, Manoel Urbano serviu para indicar-lhe a rota, esclarecê-lo nas dificuldades, elucidá-lo em tudo que fôsse necessário para que a expedição do sábio britânico alcançasse o êxito que o imortalizou. Como anteriormente, no momento em que o maranhense Pereira Labre e, antes ainda, o pernambucano Manoel Nicolau de Melo, procuraram localizar-se no Purus, quem lhes fêz a companhia necessária para a escolha dos lugares onde se deveriam instalar com suas feitorias, uma das quais é hoje a cidade da Labrea, foi justamente Manoel Urbano, de quem se guarda, no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, a correspondência que manteve com Luis Simpson a propósito da gramática da língua tupi, que aquêle escrevera e Manoel Urbano examinara apontando-lhe as infidelidades. E se chegamos a dias mais próximos, quando as comissões de limites procediam aos trabalhos de demarcação de nossas fronteiras, o gentio da terra é que carregou o pêso dos aparelhos, guiou as expedições, cooperou incessantemente para o sucesso dos empreendimentos.

A história dos grupos do gentio da terra que compuseram a humanidade pré-européia precisa, portanto, ser devidamente escrita. Sem romantismos, sem lirismos, sem pieguice — realìsticamente. Historiadores, com a cooperação de sociólogos e antropólogos, devem dar-se as mãos para essa tarefa, rebuscando arquivos, fartos no documentário, essencial à elaboração dessa história, e fazendo a análise imparcial, cientìficamente conduzida para que se restabeleça a verdade e pos-

samos ter, não apenas para o gentio da terra na área amazônica, mas para todo o mundo brasileiro, o quadro exato, imparcial, autêntico do que foi, no passado, essa multidão, que nos transmitiu um sem número de valôres que estão incorporados à nossa conduta, aos nossos hábitos, à nossa dieta, ao nosso falar, ao nosso folclore, a todo aquêle conjunto de motivos que dão ser e conteúdo à natureza física e cultural que nos distingue na paisagem continental. Porque essa contribuição tão extensa e tão intensa não se diluiu, no decorrer dos tempos. Ela é ainda viva, pelo menos na Amazônia, onde no muito do que lhe dá a característica física e cultural é ainda bem viva a presença do gentio da terra. A humanidade amazônica, mesmo com os estoques de valôres que recebeu, trazidos pelos nordestinos, por sua vez também em muito marcados pela presença do gentio da terra, é ainda uma humanidade em que o gentio da terra é fôrça impressionante para sua definição.

No momento em que tentamos a compreensão do que êle representou, no passado, numa região brasileira onde êle predominou e onde sua presença é ainda efetiva em vasta contribuição da mais variada espécie, e que, portanto, pode ainda indicar-se como válido para os dias de hoje, o registro honesto do que significa deve ser devidamente proposto. Foi o que pretendemos ter sugerido, apenas sugerido nestas linhas que não tiveram outro intuito senão concluir — ao gentio da terra e não apenas ao europeu e ao africano escravo deve o Brasil grande parte de sua formação e de suas características mais autênticas. Essa a primeira contribuição para o exame da problemática do índio no Brasil. Em próxima palestra, desejamos propor essa outra problemática, ou seja, a condição em que vive hoje e de como atua o poder público na defesa de sua existência física, social e cultural.

A Virtude Carismática da Mentira

DJACIR MENEZES

Pode haver maior mentira? Pois foi grudada de duas verdades. — Padre Vieira.
E vice-versa. — D. M.

Devo explicar primeiro o título. **Virtude** lembra a voz latina **uir**, que significa "fôrça"; e **cárisma**, no grego, é graça, encanto, júbilo, que irradiam certas personalidades (lembram-se que Hitler está classificado entre os líderes carismáticos?). Diante disso, como dizer que a Mentira, feio pecado teologal, que os moralistas condenaram sempre em nome das religiões superiores ou da simples ética dos leigos — como dizer que a mentira tem virtude carismática? Deus me livre de travar debate de tal transcendência. Arrisco a palavra na acepção modesta com que o jesuíta Botero, antecipando Malthus, falava na **virtus nutritiva** e na **virtus germinativa**, o médico de Molière na **virtus dormitiva**, com que ora vos ameaço, ou o longínquo Ovídio aludindo, numa longínqua versão, à **herbarum virtus**.[1]

Cá me planto no chão rasteiro da História e de uma filosofia meio míope, mas que enxerga bem de perto. Banidos êsses altos critérios metafísicos, não receio confessar que, com a

exclusão do Absoluto, verdade e mentira são uma dança de posições que se revezam no experimentalismo pragmático onde assentei praça há muitos anos. Confiado nestes pressupostos, entro no cipoal dêste escrito.

1. O processo das "experiências teóricas"

Ideologias são mitologias em que nós acreditamos hoje; e mitologias são ideologias em que nossos ancestrais acreditaram ontem. As mentiras têm grande vitalidade para impulsionar os povos. Manifestam mesmo atração carismática. Há certa repugnância pelas verdades, aceitas aos goles e engulhando, como mostra a história do pensamento científico. No entanto, a mentira embriaga, despertando heroísmos e sacrifícios.

As massas têm invencível tropismo para a mentira. Qualquer mito arrasta-as; daí a técnica de fazer a verdade aparecer sob forma mítica a fim de dar-lhe fôrça propulsiva.

A lição da história prova essa incoercível energia do mito — mito político, religioso, artístico. Até o racionalismo, que seria o adversário natural e lógico dos mitos, fabricou-os através das ilusões do pensamento especulativo. Bacon tentou classificá-los nos **idola fori, theatri, specus** e **tribu.**

Quando um filósofo começa a enunciar uma verdade — logo se ergue à volta dêle o assédio da mentira coligada e sindicalizada. Os exemplos abundam. E há exemplos dramáticos. Vesale arranjou um cadáver para estudar anatomia humana: foi acusado de profanação e excomungado. Caccini pedia ao Papa para mandar queimar os matemáticos como hereges porque só o fogo podia refutar raciocínios visìvelmente satânicos. E Galileu? Galileu é inevitável quando se fala nessas coisas. Não interessa indagar quem é responsável pelas atribulações do físico de Pisa. O fato é que êle foi interditado de ensinar, recluído a sítio isolado, onde tinham acesso alguns amigos. Pois apesar das vicissitudes, continuou a contaminar os discípulos com suas idéias astronômicas tão malsinadas pela hierarquia eclesiástica, na qual, aliás, contava com simpatias ilustres, sem mencionar a amorável atenção do Pontífice Urbano VIII.

Não vou desfiar aqui a longa procissão dos que padeceram ou foram apenas machucados pela ortodoxia que acionava o poder. O poder não persegue por conta própria, atende a exigências do sistema político e à consciência da época; ao **Volksgeit,** para aplicar um têrmo vago, onde cabe muita mentira. Há tôda uma atmosfera espiritual onde as inteligências sofrem as influências das ideologias, que representam crenças cristalizadas. Inicialmente, o conhecimento **in fieri** arrepia a rotina feita ideologia; depois, êle se organiza como "sistema", torna-se também "doutrina" e daí por diante entra a paralisar os novos avanços. É a contradição entre o conhecimento **feito** e o conhecimento **fazendo-se**, o **factum** e o **fieri**, o **constitutum** e o **constituendum.** Há um ritmo na interpretação mutável da Realidade e nêle se exprime a perfectibilidade, que sempre contém grau de imperfeição a ser reduzida, mas nunca eliminada. O retrato interpretativo do Universo é produto históricamente elaborado, que requer, a cada passo no desenvolvimento humano, novos retoques que o tornam menos infiel. O **grau de fidelidade** é sempre aproximativo de uma Realidade que está mudando. Aproximação asintótica.

A concepção ptolomaica do cosmos durou até o século XVII. A cosmologia coperniciana, com a experiência histórico-matemática dos árabes e as tabelas de Tico-Brahe, refez o painel astronômico a que Newton daria tremendo retoque. Parecia o quadro definitivo — quando sobrevém o retoque espantoso da Relatividade generalizada. De fato, não é uma sucessão arbitrária de cosmovisões. Sente-se o crescimento orgânico do conhecimento, a ligação racional entre as fases. É um processo íntimo de **experiências teóricas** (e insisto nessa expressão do "empirismo especulativo", que rompe o antigo dualismo entre **experienciar** e **especular**). A "experiência teórica" é o largo e profundo crescer da consciência na interação social do homem e do universo. Experiência que não fica dentro do perceptivo-sensorial no sentido materialista, mas desborda, impulsionada por um racionalismo dialético, onde as acanhadas categorias clássicas se desfazem enquanto a potência científica do espírito amplifica os horizontes humanos.

2. O idiotismo dos especialistas

Tudo isso acelera o gerar de novas ilusões. Êsse mesmo espírito negativista que destrói a rotina atual, outrora anti-rotina, está gerando a rotina futura. Sua **negação** vai se **afirmar** ante novas circunstâncias que configuram sua caducidade. Ao tornar-se **afirmação** começa seu declínio, porque algo, que o nega, está a desenvolver-se. Tudo isso é puro Hegel. Mas a vitalidade dessa unidade ambivalente transparece dentro da operosidade científica em tôda plenitude.

Atrás, dei notícias de interpretações cosmológicas invocando Copérnico, Galileu, Newton, Einstein. Todavia é no campo das ciências sociais que grassam as mitologias mais aliciantes. Nunca o homem foi tão mentiroso e ávido de mentiras do que com a multiplicação dos seus órgãos de loquacidade. Aliás, guardadas as devidas considerações, as ideologias sempre se nutriram da substância dos interêsses humanos. Entramos em terreno resvaladiço quando passamos a analisar **fatos sociais**, mediante **instrumentos sociais**, que são os conceitos e categorias elaborados na linguagem que nos faz sentir a intimidade do processo da convivência entre sêres racionais. Hegel ensina que linguagem é pensamento. Pensamento é processo, ninguém aprendeu a pensar sòzinho. O isolado é um infeliz. O mentecapto é isolado pela natureza, que o privou do vigor dos meios comunicativos. Do **idios grego,** deriva "idiota". O sábio, ao contrário, é permeável aos **socii**, aos conviventes, aos antepassados. Sua inteligência abre-se ao influxo humano que vem dos jônios, das fontes asiáticas, de Confúcio, de Cristo, de todos os cimos luminosos do Pensamento. O especialista não é o sábio; perdeu o contacto vital com a cultura ao fechar-se no seu casulo; priva-se do sentido histórico e social do seu trabalho. E por conseqüência, a consciência de sua posição, de seu destino. Idiotiza-se profissionalmente. Pode ser o técnico ideal dos regimes totalitários, mas elemento de segunda ordem na convivência democrática. O diminuir dos contactos mentais debilita a vitalidade do espírito; a voz latina **imbecilitas** significava a fraqueza do ser segregado do comércio humano, atrofiado nos elos de ligação e amor ao próximo. O sentimento religioso teve a intuição suprema quando viu no Amor o mais alto Bem.

Vale a pena atentar aqui na Economia Política, ciência de especial significação no tocante às ideologias. Do maior dos clássicos, que foi David Ricardo, tirou Marx, o grande impulsionador das ideologias modernas, os ingredientes para a confecção da chamada "teoria do valor-trabalho". Numa palestra neste egrégio Conselho, pretendi examinar, **brevitatis causa**, a tese do valor concebido como a cristalização do trabalho humano na mercadoria, a condensação do esfôrço, expressões que vêm no **Capital** e cujo sentido metafórico busquei acentuar. Não penso ter conseguido revolucionar o espírito público, mas devo ter provocado alguma dúvida a respeito do assunto.[2] Um estudioso, que leu a CARTA MENSAL, cujo nome ocultarei da posteridade, marxista enfibrado e cálido, declarou-me de viva voz que "as razões apresentadas eram repugnantes". Prudentemente, pedi que me explicasse a **repugnância** — palavra que, de logo, indicava atitude afetiva. Percebi, porém, que remexera nas crenças do sujeito com mão herética e que êle classificava a análise como desonesta. A seus olhos ascéticos, qualquer tentativa daquela espécie redundava em revisionismo, que era tática de corromper a doutrina em benefício da burguesia. Reduzindo tudo a jôgo dos interêsses de classe, quem o contraditasse era, por princípio, um traidor preliminar da sociedade futura. Ora, neste gênero de argumentação, o objetivo não é **refutar** o adversário, mas **emudecê-lo**, para que não propague a dissensão.

3. O egoísmo erigido em princípio econômico

No período de sua grandiosa evolução. o marxismo segregou ideologia que não podia escapar ao esclerosamento, tendendo a assumir, por vêzes, na pena de vários corifeus, **formas alienadas.** Estas são estilos de pensamento atrasados, de que sòmente agora alguns mais atilados começam a prestar a devida atenção. Na verdade, o marxismo não podia, como doutrina social, escapar ao processo cujos sintomas apontava nas outras ideologias. Nem todo corifeu podia ser um Lênin ou um Trotski. A maioria, que acaba senhoreando as posições-chaves, é essa mediocridade beata, entorpecida nos textos, onde fica boiando como perigosos crocodilos nas águas paradas.

Poder-se-ia indagar como se manifesta o esclerosamento ideológico dentro das formas capitalistas do ocidente. Para analisar o fenômeno, temos que examinar as verdades havidas como princípios imutáveis do sistema econômico, as quais são ampliadas, muitas vêzes até a dimensão de princípios "naturais". Eu me explico. Num trabalho justiceiramente esquecido sôbre o estratagema, que vem de longe, e consiste em transformar princípios **históricos** em **leis naturais,** procurei demonstrar que, no fundo, havia a tendência de resguardar certos interêsses sociais do fogo da crítica. É como se advertissem ao crítico: "nessas leis não mexerás, elas foram criadas pela Providência, não pelo homem. Logo, não poderás alterá-las, mas sim obedecer-lhes. Deus inscreveu-as na natureza humana, não poderás revogá-las, mas reconhecê-las e segui-las". Embrulha-se o conselho no velho latinório: **natura non imperatur nisi parendo.**

O enorme esfôrço exegético acaba num pregão apologético. Exemplo. Da luta pela vida, que o darwinismo mostrou na natureza, resulta a sobrevivência do mais forte: é a lição zooló-

gica que, traduzida sociològicamente, aparece na competição dos mercados e na vitória dos grupos mais fortes.[3] Como, pois, as leis do capitalismo concorrencial seriam as mesmas leis da natureza entre os homens? Que os move? "O egoísmo, à caça do lucro". O egoísmo! Então pensam ter resolvido tudo. O mais curioso é que, pelas alturas de 1870, quando a ciência econômica se impregnava dessa sociologia darwinista, Marx advertia a Kugelmann, a propósito da obra de F. Lange, **Arbeiterfrage**, da fatuidade da descoberta de que "tôda história é de subsumir-se sob uma única e grande lei natural (**ein einziges grosses Naturgesetz subssumieren**)". Qual essa imensa lei subjacente? "Esta lei é uma **frase** — struggle for life, e o conteúdo dessa frase é a lei da população, ou antes, da superpopulação, de Malthus".[4] Esquecem-se, destarte, as conotações sociais, de que se reveste a luta pela vida no plano sociológico — a luta das classes e dos grupos, as estruturas históricas e psicológicas, os fatôres ideológicos, que fazem desaparecer a famosa lei e aparecer leis históricas inteiramente **outras**, com outras determinações e outro método de investigação absolutamente distinto do método das ciências naturais.

O egoísmo! mas isso é um truque ideológico: o egoísmo, que os moralistas denunciavam de cara feia, foi exalçado pelos economistas, com Adam Smith à frente, como princípio fundamental do sistema. O que era tido até então como inferioridade do indivíduo aparecia de repente como virtude dos **homines novi**, que lideravam a produção. Ricardo foi muitas vêzes acusado de cínico porque não temia escrever claramente essas "verdades". Êle não tinha a precaução de J. B. Say, que, no seu **Tratado**, referindo-se a opiniões inspiradas no interêsse pessoal, capitulou êste como "a mais universal das enfermidades humanas".

Muitos não liam na mesma cartilha. Encontro em Oliveira Viana esta citação de Benjamin Kidd: "Para Kidd, o fenômeno da afirmação crescente do indivíduo tem sido a causa íntima da decadência das civilizações. Os povos só progridem e expandem-se quando os indivíduos, que os compõem, se conduzem no sentido, **não da afirmação de si mesmos, mas da abdicação de si mesmos**; abdicação que se expressa no espírito de disciplina e no dever de obediência". Para obedecer, há que coibir os instintos primários. Pondo a tônica nos instintos, valorizados como componentes superiores da personalidade, produziu-se a maior deformação dentro da pedagogia moderna. A título de restaurar a liberdade de crescimento, espartilhada no antigo normativismo, acabou sem distinguir bem o que deve ser disciplinado e o que deve ser estimulado. Substituiu o autoritarismo da pedagogia antiga por uma irracionalidade mais despótica e regressiva. Tudo que é pedagogo anda louvando o instintivismo juvenil. Outrora, se ensinava enfadonhamente que o princípio do sacrifício é moralmente incomparável e que o princípio do egoísmo é moralmente execrável. Porque, transposto para o nível econômico, ganhou foros de normatividade? Outrora, obtinha-se a abnegação, a renúncia, a obediência, a custa de sanções místicas. Essas enfraqueceram, afrouxaram. Que fazer? Fortalecer, por via educativa, as sanções conscientes e racionais. Do contrário, só restariam os métodos compulsórios do Estado ditatorial, onde a convivência humana vira coexistência de rebanho. Ainda assim, se o Estado ditatorial não

consegue despertar a mística, que dociliza o rebanho para o masoquismo político, acaba se desagregando na anarquia mais entusiástica da história. Porque não se pode colocar, ao lado de cada cidadão, um polícia, mesmo porque o polícia, sendo do mesmo barro, precisaria ser policiado.

Mas volto aos princípios do sistema. A análise econômica esmerou-se em estabelecê-los como fundamento da ciência. Tudo tinha sua base no instinto: instinto do egoísmo, instinto da propriedade, instinto da troca. Com essa maquinaria instintiva, compunha uma psicologia profunda, sedimentando "leis naturais", subjacentes e irredutíveis. A filantropia, que os socialismos arvoravam, era posta à conta de sentimentalismo, que nada significava perante a indagação científica. O mundo dos negócios é áspero e álgido. A luta, que nêle se trava, é uma luta "natural", fora do evangelho. Na hora de pensar em Deus, o economista imita Pasteur: e ao abrir o missal, fecha o livro de contabilidade. Ninguém decerto orará com mais unção. Jamais confundirá os dois mundos tão estranhos entre si. Porque do contrário, para entrar no céu teria que abrir falência na terra.

4. Os mitos, a ração e o esvaziamento

De nôvo regrido à ideologia, para repetir que é a forma lógica da mitologia, ambas formas elásticas da mentira. Que fôrça vital tem a mentira na História! Olhando os grandes movimentos políticos destacam-se os homens alucinados pelos mitos. As revoluções são orgias de mitos. A "igualdade, liberdade e fraternidade", da Revolução francesa, fora do choque das classes, perde o sentido; e dentro do conflito tem sentido mentiroso. Mas agiu na alma popular como mito de imensa fôrça. Parece que foi o padre Sieyès que respondeu à pergunta sôbre o que fizera durante a revolução: "Vivi". Robespierre, que sabia de cor o **Contrato Social,** hesitava na escolha do par de meia que devia usar na Convenção — mas assinava sem a menor vacilação a degola de centenas de aristocratas, que estavam fora daquela violenta fraternidade. Condorcet, refugiado numa hospedaria, traduzia Horácio; foi decapitado. Crime? Convivências hostis. Ingenieros escreveu que o determinismo nega a liberdade, a natureza nega a igualdade, a luta pela vida nega a fraternidade. Era a ciência do século XIX devorando a ideologia do século XVIII.

Às vêzes, após algum período de relativo esquecimento, um princípio retoma inesperadamente certa carga política e volta a inflamar as consciências. É o que se dá agora com o famoso princípio da população. Cientistas eminentes, relendo o velho Malthus, opinam sôbre a necessidade de esterilizar tôdas as fêmeas do mundo. Outros, mirando noutra direção, cogitam na necessidade de povoar o resto inabitado do planêta e exaltam o progresso, babados de admiração pela tecnocracia. O mito tecnocrático cresce, o mito do sufrágio universal arqueja, o mito da democracia resiste, desfigurado pela plutocracia. Para uns, o homem está virando um robô: surripiaram-lhe a consciência! Ou melhor: intoxicaram-na de mitos para que o indivíduo funcione cibernèticamente. A consciência toma formas tecnocráticas. Automatização geral; e o pensamento morre entupido de estereótipos. Energúmenos recitam: só a tecnocracia salvará a humanidade da fome! O fato é que a desumanização é tão

grande quanto a fome. Ouve-se por tôda a parte o pregão da produtividade. Aumentar a produtividade! Entretanto, mesmo esta aumentando, a ração das maiorias diminui. Só aumenta nos relatórios técnicos. Até dentro da igreja, que era o exemplo milenar do bom-senso, vozes malucas duvidam da palavra sagrada a tal ponto que os hereges como eu sentem ganas de defender Cristo contra as apostasias dos Judas a curto prazo.

Exagêro? Ainda bem. Não terá a menor importância o exagêro, porque o mundo está exagerado. Quando se engenham máquinas para morticínios globais, condena-se cavilosamente, como atentado à religião, o abôrto de um monstro da talidamida. Essa garrafal hipocrisia não assombra ninguém! Muito ao contrário: não estão os cientistas, reunidos nos centros de decisão dos dois hemisférios, a planejar cientìficamente os massacres? Todos somos vítimas da mais estranha insensibilidade à verdade. Verdade clara, elementar, infinitamente simples. O intelectual é um abdicatório ou um sectário. Sua liberdade declina à medida em que cresce o desenvolvimento técnico, que o sujeita a seus imperativos. Que lhe resta? Esvaziar-se. É o que faz paradoxalmente, enchendo-se de opiniões feitas, de pensamentos feitos, de ortodoxias feitas. Assim, perde substância própria: é o títere do Leviatã — um instrumento da Mentira maiúscula. A tecnocracia vem consumar o triste processo que conduz à manipulação totalitária dos **Gauleiter.** Organiza-se a inconsciência universal das massas, que são as correntezas da História. Nesse crescer do irracionalismo, o raro e genuíno intelectual torna-se um ente estranho, que deve ser segregado. Aprendendo a **pensar,** desaprendeu **repetir.** Daí a sua desdita. Abriu-se uma nova era da humanidade. Com Franz Neumann, também creio que as formas sociais do totalitarismo são as mais consentâneas com as levas crescentes de esvaziados. São os cimentos dos absolutismos. Para lá vamos. As formas sociais que podem assegurar maior ração de liberdade civil estão sob cerrado fogo das esquerdas. Como salvar a democracia liberal, sob sua forma constitucional? Ou mesmo a monarquia constitucional? Não se recuam os ponteiros da História — e o absolutismo avança pelos dois lados do horizonte. Como já foi observado, não há xifopagia entre o liberalismo econômico e o liberalismo político. No seio de uma ordem liberal, que restrinja a intervenção do Estado, o autoritarismo pode exercer-se encarniçadamente contra a liberdade política. Tanto isso é verdade, como notou Neumann, que o Estado liberal, em várias épocas, defendeu com tôda energia suas estruturas, fêz guerras, impediu revoluções, garantiu a segurança interna, invadiu mercados externos, policiou mares. É uma falsa imagem a do Estado liberal incapaz de reação, no amolecimento descrito apaixonadamente pelos escritores fascistas e marxistas. Mas o certo é que nos convenceram da imagem. Desacreditaram-no de tal modo que houve deserção dos intelectuais, impressionados com o lado negativo que a crítica apresentava. Entretanto, ao combater o Estado constitucional-liberal, fugiam do dever de defender os valores positivos, entre os quais, em primeira linha, estava a garantia da liberdade científica e a hegemonia da inteligência artística, filosófica e científica, que os regimes constitucionais liberais podiam e deviam preservar. Porque êstes sistemas possuem as técnicas adequadas à sociedade moderna; as

que restam são técnicas totalitárias do despotismo de classes. E nêle, o intelectual é o inimigo.

As massas são hostis ao intelectualismo.

A adesão do artista, do cientista, do professor, do jornalista ao movimento de massas, seria um idealismo suicida, que limita a inteligência crítica, rebaixa a sensibilidade estética, cerceia o método racional de sondar o futuro. Mutila-se o progresso cultural quando apenas se atende à necessidade política de qualquer regime; com o estreitamento de horizonte, o intelectual perde sua liberdade de inquirição e comunicação.

Verifica-se tendência crescente do Estado para chefiar o pensamento científico nos dois hemisférios. É uma ameaça à liberdade, que dificilmente se protege com os artigos moribundos das Constituições. Porque as Constituições estão morrendo por capítulos e parágrafos. A compreensão do problema da liberdade depende das ciências da natureza, do homem e do processo histórico. É, portanto, uma análise que focaliza o problema da racionalidade. Porque, se as necessidades biológicas movem a humanidade, é na cognição daquelas necessidades que desponta a consciência da liberdade. E a proporção em que o homem foi ganhando consciência das necessidades, começou a libertar-se do fatalismo, que é a submissão cega a fins desconhecidos. Por isso, o único caminho aberto para a liberdade é o conhecimento racional do mundo interior e exterior entrelaçados no processo histórico. Esta explicação se afasta muito dos revolucionarismos afetivos, onde realçam as fôrças primárias da emoção, desentranhando os velhos arquétipos que estão na filogenia do Espírito.

5. Simulação e simuladores de cultura

A mentira poreja por tôdas as frinchas do planêta. Angel Rivera, num panfleto magistral a respeito da "farsa intelectual", responsabilizou a ignorância do intelectual como simulação que "complica os conhecimentos simples no propósito de assombrar os auditórios".

A farsa da cultura! Nesse terreno o processo da desfaçatez chega ao auge. Rivera mete-lhe o ferro em brasa: "Com que naturalidade citam, comentam e até recomendam livros que êles mesmos não leram e provàvelmente jamais lerão! Com que descaro asseguram que a Bíblia, que apenas folhearam, é o melhor breviário da humanidade! Com que ar de suficiência respondem ao disparate dum aluno curioso que lhes formula alguma pergunta difícil! Como é raro ouvir-lhes exclamar **não sei!** Na aula, as mentirinhas anotadas nos bate-papos acham seu clima propício para proliferar e, o que é pior, adquirem categoria de verdades oficiais".[5]

O escritor argentino expôs a mentira que alimenta a juventude de seu país. Só do seu? Qual! A mentira generalizada, universalizada, das Américas, do mundo todo. Eis uma mentira graúda: a presunção de **estar em dia com .os centros atuais de cultura avançada.** É um cacoête comum dos subdesenvolvidos. Citar o último livro, onde está a última hipótese do último "best-seller" da última bêsta. Ou do último gênio, pouco importa. A última moda na doutrina com nome inesperadamente ruidoso. Houve o momento de Freud, de Spengler, o momento de Toynbee... Está passando o de Marcuse. Behaviorismo, ciclos culturais, culturalismo, estruturalis-

mo, que por aí roncam. Não há recém-parido da cultura subdesenvolvida que não se enfeite das citações de um mestre, se doutoure nêle e emplaque a doutrina dêle. É de ver a suficiência dos plumitivos, rabo em leque nas plaquetes, nos suplementos literários, nas pesporrências eruditas dos domingos (retiro a palavra de Gilberto Amado, quando ouvia os galos das madrugadas do Recife).

Produziu-se no campo da literatura científica uma sorte de barroquismo léxico. Diz Rivera que o barroco, no caso, é a "ignorância complicada". Desconhecendo o frasear português, remendam com idiomas estrangeiros (principalmente o inglês), que vem por tôdas as vias. **Enfatizar, approach, setorializar, promocional, staff** estão batizados. Mas há tentativas horrendas: os verbos **promocionalizar, alocar e approachar,** que deparei num ensaio mimeográfico dum sociólogo weberiano causam estarrecimento. Logo se alastrarão. Porque todos os galetos ao primo canto dos poleiros acadêmicos, que estão sendo engajados nas atividades empresariais, entrarão em êxtase com as novidades. Na falta de leitura de textos onde circulem giros sintáticos e vozes expressivas do idioma, abrem a porta aos afluentes bárbaros. Quero, porém, evitar o êrro oposto, que se encarnava na figura arcaica do zeloso da língua, que outrora gritava, arripiado, diante do galicismo, que agora é o anglicismo. Ademais, grande pecador, não acusarei demais aos colegas de pecados. Porque tudo isso, condicionado socialmente, será o enxurro inevitável, o estrume fecundante, revolvido por mãos competentes. Mas não se negue o direito dos bons olfatos recusarem o mau cheiro — até que, na floração a vir, a pituitária idiomática não saiba mais do que se pôs na raiz, e aspire-lhe o perfume.

Dou ainda a palavra a Rivera, palavra escrita há quase vinte anos e que os anos tornaram mais pungente: "O pior é que os próprios alunos, habituados a esta simulação, que inconscientemente começam a praticar no colégio secundário, perderam a noção da verdade intelectual e não sabem apreciar o professor que a cultua zelosamente. Julgam a seus professôres com o mesmo critério que êstes lhes impõem, produto da camuflagem e da mentira e assim se adestram na luta pela vida intelectual." Destarte, se aprestam para essa ciência de truques técnicos, de verbalismo pedante e erudição sinuosa, que se vasa nos ensaios e relatórios, despistadores das verdadeiras soluções.

Nesta ordem de idéias, a cultura degenera numa tapiação, porque serve apenas de matéria-prima para fabricar mentira. Vêde os órgãos de publicidade a que o progresso científico conferiu hegemonia na ação plasmadora da consciência pública. Na mor parte dos casos, são emprêsas comerciais que, legìtimamente, tutelam interêsses privados, portanto, incapacitadas para interpretarem fielmente a opinião pública quando os dois interêsses não se conciliam. Nos tempos do jornalismo artesanal, qualquer personalidade marcante no meio, assumindo liderança de um setor da opinião, podia dar voz a uma corrente política, criando o seu jornal. Desde eras remotas! Evaristo da Veiga, os Andradas, Hipólito José da Costa, muitos mais, são uma genealogia ilustre e idealista. Doutrinaram desde a colônia à República, através do Império. Tôda vez que um princípio se aprofundava na consciência de um grupo de homens valorosos, um órgão

dava-lhes voz pública. Hoje, onde andam êsses homens? Estão aí. Alguns sobrenadam, alcançam os meios de expressão, se por acaso suas idéias condizem com o ritmo do momento. Se dissentem, nem sempre podem continuar dispondo do jornal ou do microfone. Ao tornar-se sociedade anônima, o órgão despersonalizou-se em todos os sentidos. Não é mais centro de idéias, mas centro de informações. Nineguém serve **às** idéias, mas **das** idéias. Esta troca de preposições matou o intelectualismo do velho tipo. E não há quem dê jeito e altere o **Diktat** da História. Se sair das brasas, cai nas labaredas. Se sair dêstes restos de democracia liberal, cai no sistema mais duro, se não vier o duríssimo, com que sonham alguns paranoicos.

6. O Direito natural e outras questões

A onda de papel, que rola dos prelos, já impressionava Eça de Queiroz em 1880. Era ainda um riacho, não se avolumara na torrente. Então aumentou a confusão entre **verdade** e **interêsse,** que, devidamente consorciados, dão-nos a mentira, ora diluída e rala, ora grossa e reles, com toxidez variável. O consumo do papel impresso que jorra nos mercados é feito pela inteligência, que é solicitada em tôdas as direções. Eu descrevo, não condeno a torrente. Acho mesmo que ninguém teria o direito de tentar coarctá-la ou ainda menos a idéia criminosa de pôr-lhe freio inquisitorial de uma censura. Mesmo porque, além de inexeqüível, a maquinação sempre foi ridícula. A torrente sempre acabou rebentando os tapumes dos decretos.

É nas ciências sociais que a produção tem seu cunho mais original. Originalidade que, paradoxalmente, nasce da tradição. A frase me veio a propósito da especulação jurídica, que é bimilenar ou mais. Falando tanto de outras áreas do conhecimento, quero dar meu palpite como estudioso de formação bacharelícia. Com minhas antigas prevenções de quem deletreou, na vida acadêmica, as páginas de Comte e Spencer, não tive qualquer simpatia pelo Direito natural. Minha geração ainda ouvia a vigorosa declamação de Tobias Barreto, negando a existência do Direito natural para afirmar a lei natural do Direito. A idéia ainda me parece exata; apenas julgo ter aprofundado o exame do problema, que não poderia ser abordado no curto espaço que me resta. Direi que não aprendera o outro sentido do Direito natural. Quando a paisagem social mudou, êle ganhou nova significação. Basta se recorde as torturas por que foi passando a concepção de um **ius naturale** através dos exegetas. Retenho agora sòmente um aspecto: o de instrumento contra as fôrças compulsórias que machucavam o "humano", que o comprimia e asfixiava socialmente. Debalde, contudo, me esforcei por crer num Direito natural, qual era delineado por Ahrens ou Puffendorf. Nêle, apesar de recalcitrante, reconhecia o pulsar de algo "ético" e "justo". A alergia talvez me viesse por via de Rousseau, que é perturbador quando se pensa no problema da liberdade. No prefácio do **Discours sur l'origine de l'inégalité parmi les hommes**, escrevera: de tal maneira os filósofos assentaram a lei natural sôbre princípios tão metafísicos, que só "un grand raisonneur et profond metaphysique" seria capaz de obedecer a tais diretivas da alma. Só muito mais tarde, em mansa digressão, Tocqueville me confessava seu espanto diante do **Code de la Nature, de .Morelly**, onde lera:

"quem tentar restabelecer a propriedade será encarcerado pelo resto da vida como um louco furioso e inimigo da humanidade".[6] Assim, enquanto uns apoiavam a propriedade no Direito natural, outros davam-na como convenção entre os homens, que havia de ser banida furiosamente por leis penais. Nos dois casos, o Direito natural era invocado, fornecendo armas para o ataque ou para a defesa.

Decerto que poucos atualmente o concebem como preexistindo à sociedade e à sociabilidade, isto é, originário, inerente à natureza humana. Com tal raiz, como explicar que transitórias arrogâncias da fôrça o suprimissem? Suas normas não dependeriam de órgãos coercitivos. O argumento pressupõe o homem como ser racional, reconhecendo racionalmente tais normas. Ora, a história prova, a cada passo, que às vêzes o homem é tão irracional quanto os outros animais. A não ser que se denomine "racionalidade" apenas a capacidade de calcular órbitas de foguetes intercontinentais para arrasar entusiàsticamente cidades ou inventar processos bacteriológicos que são segredos bélicos. Essa irracionalidade tão racional seria um insulto à Providência — se porventura a Providência se dignasse espiar por um minuto essa partícula de poeira cósmica onde cintila a Racionalidade humana! A mêdo, os psicólogos foram desvendando regiões do irracional e convencendo-nos da eficácia do instinto contra a fraqueza da decisão consciente. Os moralistas, face chupada pela amargura dos resultados, não cessam de clamar contra a subversão: é preciso preencher o hiato aberto entre o progresso técnico e o atraso moral. O homem nem sequer pôde cumprir o código que Moisés, há dois mil anos e muito, trouxe do Sinai, entre ribombos e raios, para umas tribos espantadas. Bernard Shaw concluiu que a estupidez da humanidade era incompatível com as excelências do cristianismo; era tempo de desistir. As fôrças irracionais, consideradas inferiores, assumiram a direção de tudo, pretendendo-se assim acabar com os subterfúgios da hipocrisia. E nunca pesou tanto a hipocrisia na política, na arte, nas almas. Julga-se extinta a hipocrisia porque o sexo, a libidinagem, a insolência jovem, o apetite velho, vieram à tona como verdades profundas. É uma burla. O que se evita reconhecer naqueles sintomas é a degenerescência de uma civilização que apodreceu nas suas bases e se esfacela. Não é hipocrisia, é covardia; porque se pensa barrar a História como um bloco de entulho entope uma cloaca. — "Pensamento comunista!" — acusarão. A acusação, feita de burrice, emudece muito homem honesto. Porém já me sinto velho para ter receio da manobra. A tática comunista conquista a fatuidade de jovens sem experiência social, sem leituras sérias, educados por pais distraídos, em lares atribulados por várias espécies de problemas.

Volto à idéia da ambivalência do Direito natural para acertar contas. Noutras palavras, afirmei que era faca de dois gumes — e que outrora só lhe vira um lado. Esclareço. Aos olhos dos revolucionários, era o instrumento para atacar a organização social iníqua em nome da igualdade natural pressuposta; aos olhos dos conservadores, era na desigualdade natural que se encontrava a base para justificativa das hierarquias e privilégios sociais. Estou usando de uma linguagem moderada. Podia invocar De Bonald e De Maistre. Com o olhar em Rousseau, De Maistre contestava: "o

homem é demasiado mau para ser livre". E a razão? Adverte-nos que a razão "é algo bruto e seu poder total é destrutivo". E os mitos da igualdade e da liberdade? Desta vez é De Bonald quem fulmina: "Os princípios da Revolução francesa ofendem as leis eternas da Natureza." Frederich Julius Stahl, que teorizou sôbre a teocracia de Estado prussiano, repudiou: "o Direito natural, de Grócio a Kant, é alicerce científico da Revolução".

Mais interessante é Donoso Cortês. Profèticamente, êle vê emergir do seio da vontade popular, um tirano execrável de mil faces. É antecipação do Leviatã, de Hobbes. Do totalitarismo em suas formas mais visíveis històricamente. Mil olhos espiando de tôdas as partes do horizonte.

7. As fôrças ocultas

Há muitos anos escrevia Gabriel Tarde: "Para as multidões, a necessidade de odiar responde à necessidade de agir. Excitar-lhes o entusiasmo não conduz longe; mas oferecer-lhes um motivo e um objeto de ódio para impulsionar sua atividade, que, como sabemos, é essencialmente destrutiva enquanto se exprime em atos precisos".[7] Quase sempre, o ódio é manipulado em função de maquinações secretas, que melhor se prestam ao mistério. Se algum dia me sobrar tempo, irei pesquisar dados a respeito do papel desempenhado pelas chamadas "fôrças ocultas", que mostram o poder da mentira hàbilmente explorado por certos grupos. Ligas secretas, conspirações judaicas, lojas maçônicas, monitas secretas do jesuitismo, são velhas fantasmagorias que ressurgem nas horas de crise e transformações.

O assassínio de Henrique III, a noite de São Bartolomeu, os **pogroms** de judeus, os genocídios modernos, tudo isso resulta da manipulação do ódio e do medo de inimigos ocultos tramando desgraças na sombra. Até a Revolução francesa foi atribuída a conspirações de **iluminati**, seita organizada por Adam Weishaupt em 1776 para combater os jesuítas. A fantasia culminou nos **Protocolos dos sábios de Sião**, documento de dramalhão, que o nazismo propagou com notável fúria: Israel ia dominar o mundo por métodos revelados naquele papel terrível. Traduziu-o Gustavo Barroso, doutorado na erudição anti-semita, que nos expôs todos os acontecimentos históricos nacionais em função da maçonaria e do judaísmo. Tudo tinha a marca indelével da malignidade oculta. Enfim, a nevrose mundial amainou e os fantasmas se recolheram à espera de melhor eclipse do bom-senso.

Essas crenças nas "fôrças ocultas" nem sempre funcionam bem. Têm sua tradição longa. Os temores são mobilizados para manter tensões emocionais que permitam líderes carismáticos atingirem seus objetivos com o apoio das massas ignorantes. Volvendo os olhos para êsses capítulos de história, os psicanalistas e psiquiatras sociais encontraram saboroso material de estudo a respeito do comportamento neurótico das massas nas autocracias políticas. Nesses momentos, os césares abrem caminho para o poder ou nêle se consolidam. O papel que o Diabo desempenhava na Idade Média transferiu-se para as "fôrças ocultas". O comunismo contribui, tirando alguns fantasmas de suas tocas para assustar as elites ameaçadas. E tôda classe apavorada torna-se perigosa porque adota todos os meios de defesa como legítimos. A ansiedade persecutória, no indivíduo como nos grupos, leva à política neurótica do terrorismo, onde

a mística deturpa-se num ingrediente psicológico nocivo. Ela se conjuga ao sistema político para a mobilização do **quantum despótico** necessário a pôr em movimento as cargas emocionais de angústia. A conseqüência é a institucionalização de estilos de comportamento neurótico, com a racionalização de normas políticas de irracional violência. O que era impulso, aparece como razão, como dizia Ovídio: **quod nunc ratio est, impetus ante fuit.**

Os romances de Kafka, os dramas de Brecht, mostram os síndromes psicológicos dos indivíduos triturados nos sistemas totalmente coercitivos. Num livrinho escrito há quase vinte anos, tentei descrever o fenômeno do mêdo na esfera política.[8]

A arte antecipou algumas verdades no domínio das ciências humanas. Ferri demonstrou-o há mais de meio século. Os produtos da arte moderna representam campo fertilíssimo a explorar. O comercialismo eliminou a função educativa, criando um tipo de artista à sua feição. Em vez de educar o discernimento e a sensibilidade, êsses cabotinos corrompem o público através de uma produção de uma pulhice indiscutível. Nem exemplifico. Basta comprar certos livros sensacionais ou entrar num teatro desinibido. Pensando nessas coisas, recordei um episódio ocorrido à porta da Livraria José Olímpio, na rua do Ouvidor, há bons anos. Na roda, um sujeito de cabelo e idéias despenteados, citou que arte era apenas propaganda. Graciliano Ramos olhou-o, admirado e indagou: "Quem disse isso?" O interpelado, certo da autoridade esmagadora, respondeu: "Zdanov". Graciliano, tranqüilamente: "Zdanov disse isso? Então Zdanov é um cavalo".

8. Intelectual versus demagogo

Arte tem um **plus** indefinível que foge do processo de conceitualização, exatamente porque se expande numa ação espiritual fora das categorias lógicas. Ninguém estudou melhor o fenômeno do que Hegel, quando examinou a espiritualização do sensível na órbita artística. Êle descobre na música o mais alto grau da estesia, que não se separa da atmosfera humana. O valor da obra de um Beethoven, por exemplo, não está sòmente na **forma** musical, no seu aspecto técnico, mas no seu **conteúdo** ideal, impregnado dos conflitos revolucionários que encheram as primeiras décadas do século XIX. Porque não é a **forma** que renova o **conteúdo,** mas o **conteúdo** que renova a **forma,** dentro do relativismo da ação recíproca, que impede de conceituá-los desligados, pois se condicionam no processo concreto. Não é mera coincidência a desaparição da música homofônica, típica do feudalismo, substituída pela polifonia, com os novos estilos, que anunciavam a nova sociedade. O conteúdo da mais espiritual das artes é "social" e neste estão os sinais das mudanças que se operam. Dada essa interdependência íntima entre conteúdo e forma, direi, aristotelicamente, que a "forma" é o conteúdo realizado e o "conteúdo" a forma potencial.

Ao começar, declarei que esta palestra era um cipoal de assuntos entrelaçados, porque nada se entrelaça mais no pensamento do que mentira e verdade. Invoquei grandes aquarelistas mas pintei pobremente alguns quadros, a côres delicadas e leves, porque me falta o talento das pinceladas fortes. Débil interpretação, que o ceticismo torna mais descorada e delida. Partindo de temas sociais e

políticos, tropeçando em motivos morais e estéticos, barafustando pelos meandros do pensamento científico, tive em mente, através dêsse itinerário, a posição do intelectual na confusão do mundo moderno. Do intelectual que será sempre o adversário espontâneo do demagogo. Do intelectual que deverá apontar aos jovens o único caminho que não leva às sujeições das ortodoxias, o caminho de uma Universidade sem demagogos. Perguntava Ortega y Gasset: "Não parece mais verossímil que o intelectual existe para contrariar a opinião pública, a **doxa,** descobrindo, sustentando, em face do lugar-comum, a opinião verdadeira, a **paradoxa?**" Seu papel é precisamente o de desrotinizar o pensamento, impedir a sedimentação de hábitos mentais, contrariar a **doxa.** O intelectual tem que agir intelectualmente: escrevendo, ensinando, propagando. Usará a faixa de liberdade que lhe permitir o momento histórico. Dentro do que lhe fôr permitido, agir por todos os meios permitidos. Porque aí se delimitam o seu campo e suas armas: o campo da racionalidade e os métodos da ciência. Só desta forma poderá varrer ideologias e mitologias — e extinguir a virtude carismática da mentira, de tôdas as formas de mentira. Ou isso seria a maior delas?

Deixo-vos a resposta. Concluindo, meus fatigados e benévolos colegas, pus à prova vossa condescendência, vossa resistência e vossa paciência, neste aranzel de filosofia meio atrabiliária à conta de mau fígado (e o têrmo **atrabiliário** é formado de vozes gregas significando **bilis negra).** Assim se esquecerdes êsse pessimismo, que talvez seja uma ilusão dareis exemplo de superior e carimática virtude cristã.

---

(1) Depois de escrever estas linhas, fui consultar o **Dictionnaire Etymologique de la Langue Latine,** de Meillet e Ernoult. Fiquei espantado com as ramificações do radical **uir.** Indo até as fontes do indo-europeu, os dois sábios deslindam o parentesco de **uir** com **ner,** de onde vem **Nero,** palavra sabina conservada na **gens Claudia.** A afinidade entre **Nero** e **virtus** dá que maliciar. Na citação de Cornélio Nepos, **virtus** designa também fôrça:**Siculus Dionysius cum virtute tyramnidem sibi peperisset.** Os autores recolhem do irlandês, do gaélico, do gótico, do lituano, do sânscrito, as raízes do **uir.**

Mas nunca pensei que, do volsco **covehriu,** fôsse brotar dentro da família a raiz de **curia,** o excelente estratagema da mentira eleitoral romana, mediante o qual os **optimates** enganavam a burrice da plebe.

Quanto ao **cárisma** (insisto no proparoxítono grego para acentuar-lhe o caráter pagão da significação), embora tenha feito longo estágio na literatura bíblica e patrística nas numerosas ramificações do verbo **cháiro,** adquire agora, no estudo da tipologia da liderança, pela mão de Weber, um sentido leigo. Já não é um "dom de Deus", mas, nos casos de alguns ditadores falecidos ,suspeita-se de um "dom do Diabo". No sentido tradicional charisma (gratia), está na Vulgata e na Septuaginta, espalhado

nas epístolas aos Coríntios, aos Gálatas, aos Efésios, em S. Lucas, São Mateus, Timóteo, conforme me informa o **Greek-English to the New Testament** (New York, The Macmillan C°, 1954). (Max Weber, **Ancient judaism**, The Free Press, 1952 Glencoe, Illi nois, ps. 17, 40, 294, 395). Tive a pachorra de verificar os versículos naqueles textos.

Expungida, porém, a autoria divina do donativo, a palavra se incorpora no vocabulário da sociologia política; e o deslocamento da acentuação para a forma originária talvez melhor sugira o nôvo sentido.

(2) "O valor segundo Marx: conceito ou metáfora?", in **Carta Mensal**, julho, ano XIV, n.° 168, 1968.

(3) "Sociologia ou Zoologia social?", in **Carta Mensal**, julho, ano XI, n.° 124, — Idem, **O Sentido antropógeno da História**, Organização Simões, Rio, 1959.

(4) Marx-Engels, **Briefe uber "Das Kapital"**, p. 211, Dietz-Verlag, Berlim, 1954.

(5) Angel Rivera, **Paradoxas sobre la farsa intelectual**, Emecê, B. Aires, 1951.

(6) A. de Tocqueville, **L'Ancien Régime et la Revolution**, Calman-Levy, Paris 1902.

(7) Djacir Menezes, **As Elites Agressivas**, Organização Simões, Rio, 1952.

(8) Gabriel Tarde, **L'Opinion et la Foule**, Felix Alcan, Paris 1910.

RETIFICAÇÃO

Em conferência pronunciada perante o Conselho Técnico, publicada em nosso n.º 167, pág. 34, fevereiro de 1969, o sr. Oswaldo Benjamin de Azevedo, referindo-se aos índices de alfabetização na República da Turquia, anotou, baseando-se no Book of the Year-1967, da Enciclopédia Britânica, que a percentagem de alfabetizados naquele país era de 5%.

Consultado posteriormente o Book of the Year-1968, da mesma Enciclopédia, verificou o conferencista ter havido êrro tipográfico no quadro do Book of the Year-1967, devendo-se ler na verdade 50% e não 5% como índice da população alfabetizada na Turquia. Fica assim corrigido o equívoco, oriundo de êrro tipográfico na fonte utilizada pelo nosso Conselheiro.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO
Diretoria: — 1968-1970

PRESIDENTE:

Jessé Pinto Freire — Rio Grande do Norte

VICE-PRESIDENTES:

Exaltino José Marques Andrade — Minas Gerais
Deraldo Motta — Bahia
Wilson de Queiroz Campos — Pernambuco
Corintho de Arruda Falcão — Guanabara
Francisco Guimarães e Souza — Maranhão
José Luiz Guerra Rêgo — Paraná
Sílvio Corrêa Pacheco — Guanabara
Paulo Rodrigues Alves — Guanabara
Ranulpho Tôrres Raposo — Piauí
Fernando Azzarini Rolla — Rio Grande do Sul
José Ramos de Moraes — Sergipe
Marc Theophile Jacob — Piauí

DIRETORES-SECRETÁRIOS:

Charles Edgar Moritz — Santa Catarina
Elias Bufaiçal — Goiás
Benedito Geraldo do Vale Bentes — Alagoas

DIRETORES-TESOUREIROS:

Benedito Alberto Cavalcanti Brotherhood — Guanabara
Rubem Gonçalves Moreira Leite — Rio de Janeiro
Clóvis Arrais Maia — Ceará

DIRETORES SINDICAIS:

Renato Ribeiro Coutinho — Paraíba
José Anchieta Alves da Silva — Pernambuco
Fernando Alfredo Pequeno Franco — Amazonas
José Aragão e Albuquerque — Ceará
Plácido Lopes da Fonte — Rio Grande do Sul
Luiz Gabeira — Espírito Santo

SUPLENTES DA DIRETORIA

José Francisco Sady — Piauí
Nelson Silva Lopes — Bahia
Heno Jácomo Perillo — Goiás
Antônio Nonato do Amaral — Guanabara
Haroldo Soares Glavam — Santa Catarina
Romero do Rêgo Barros Rocha — Pernambuco
Reginaldo Teófilo da Silva — Rio Grande do Norte
Cúndido da Trindade Gonçalves Braga — Bahia
Edgard Rodrigues de Paula — Ceará
Antônio Machado Tôrres — Piauí
João Francisco de Melo Cavalcanti — Pernambuco
José Andrade Costa — Minas Gerais
João Burtet — Rio Grande do Sul
Moacyr Gonçalves Moreira Leite — Rio de Janeiro
Rui Bezerra Cavalcanti — Paraíba
Antônio Martins de Araújo — Minas Gerais
Lucimar Veiga de Almeida — Piauí
Nestor Norberto Carrera Franco — Bahia
José Afonso Sancho — Ceará
José Raimundo dos Santos — Sergipe
Danylo Merquior — Guanabara
Napoleão Campos Everton — Maranhão
Abílio Vieira de Melo — Ceará
Waldemar Albien — Guanabara

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS:

José Alves de Souza — Rio de Janeiro
Walter Lage Martins — Guanabara
João Antônio Moreira Bastos — Pará

SUPLENTES:

Antenor Alves Cavalcanti — Pernambuco
Antônio Azevedo Guerra — Rio Grande do Norte
Tarquílio Pimentel

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de
Cultura